

Cavaco Silva categórico

Governo não cederá às forças conservadoras

O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, afirmou que o Governo não cederá um milímetro às forças conservadoras que tentam travar a aplicação do seu programa.

Ao falar no intervalo da reunião de Ministros do passado sábado, o Primeiro-Ministro garantiu, também, que o Governo não vai alterar nenhuma

das reformas constantes do seu programa e manterá exactamente o mesmo rumo. «Vamos até acelerar essas reformas nos próximos seis meses», salientou, acrescentando que esses meses representarão «a derrocada dos alicerces do

vamente aos outros países da Europa.

«Dentro de três a quatro anos o País será substancialmente diferente para melhor» — disse Cavaco Silva, acrescentando que o Governo saberá combater as resistências ao seu programa.



Secretário-Geral e Secretários-Gerais Adjuntos reúnem com estruturas de Lisboa

O Secretário-Geral, Dias Loureiro e os Secretários-Gerais Adjuntos, Luís Geraldes e Manuel Moreira reúnem-se amanhã, quinta-feira, às 21 h., no Hotel Penta, com a Comissão Permanente Distrital da Área Metropolitana de Lis-

boa, Comissões Políticas das Secções, Autarcas, JSD e Deputados, para fazer a análise da actividade do Partido em Lisboa e planearem as actividades político-partidárias futuras com vista às próximas eleições autárquicas.

Sessão solene na Assembleia da República evoca feito de Bartolomeu Dias



O Presidente da Assembleia da República, Prof. Vítor Crespo, discursando na sessão solene que assinalou os 500 anos da descoberta do Cabo da Esperança

I Conselho Nacional 88

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do artigo 19.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro a partir das 10H00 no Hotel Altis em Lisboa com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política.
2. Estratégia Autárquicas/88.
3. Discussão e votação do Relatório e Contas 1987.
4. Discussão e votação do Orçamento 1988.
5. Discussão e aprovação do Regulamento do Congresso Nacional.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 1988

O Presidente da Mesa do Congresso

Mário Montalvão Machado

JSD venceu eleições na Associação Académica de Coimbra

Povo Livre

Devido ao feriado de Terça-feira de Carnaval, «Povo Livre», na próxima semana, apenas será distribuído na quinta-feira, dia 18

SUMÁRIO

ACTUALIDADE — IV Congresso da UGT: vitória do projecto sindical democrático	2
ENTREVISTA — José Oliveira e Costa fala-nos dos projectos do PSD no Distrito de Aveiro	3
ECONOMIA — Governo baixou taxas de juro	11

IV Congresso da UGT: Vitória do projecto sindical democrático

Poucos Congressos como o IV Congresso da UGT, que acaba de ter lugar no passado fim-de-semana, concitaram tantas atenções e foram pretexto para tantas campanhas de intoxicação e desinformação pública como aquelas a que assistimos durante as semanas que antecederam a sua realização. Alguma conclusão positiva, no entanto, se retira dessa campanha: a confirmação da importância do movimento sindical democrático na sociedade portuguesa e a constatação de que a UGT, superadas naturais dificuldades de percurso, é a única protagonista credível desse movimento.

O desenrolar dos trabalhos do Congresso e a composição dos novos órgãos eleitos comprovaram o estatuto adulto da Central e a maturidade sindical dos Congressistas na análise e escolha dos melhores caminhos a trilhar no futuro. Os mil e quatrocentos congressistas estavam confrontados com duas opções possíveis: — A que assumia o espírito originário da UGT, apoiando-se nas duas grandes tendências sindicais democráticas, a social democrata e a socialista, expurgando dos órgãos aqueles que, a pretexto da indepen-

dência sindical, nada mais têm feito do que partidizar o movimento sindical e construir projectos pessoais.

— A que se apoiava na partidização da Central que passaria a ser orientada por uma única Tendência sindical ainda que incluísse nos seus órgãos sindicalistas que (só) formalmente se dizem de outra tendência.

Quando o Congresso veio a consagrar inequivocamente a primeira opção, estava encontrado o grande vencedor desta histórica jornada sindical. Não foi a vitória de um homem, não



Aspecto geral da sessão de encerramento

foi a vitória de uma tendência: o grande vencedor do IV Congresso foi o projecto sindical democrático, foi a União Geral de Trabalhadores. E ao concluirmos assim, ao arripio de interpretações que se detêm mais nos aspectos impressionistas dos factos do que no seu alcance profundo, estamos a pensar na dinâmica desintegradora que inevitavelmente se seguiria na sequência da segunda opção e, ao invés, no acres-

cido rever dos trabalhadores democratas na prática da Central, no reforço do espírito ugetista que agora, mais do que nunca, tem condições para desenvolver, com equilíbrio, o seu projecto.

Ganhou a UGT, mas ganhou também o País. A UGT, que é um factor de equilíbrio indispensável às relações sociais, corria sérios riscos, a vingar a opção monolítica, de perder credibilidade nas posições

que viesse a assumir. E Portugal, que meteu ombros à tarefa gigantesca de sair da cauda da Europa e entrar no grupo dos países desenvolvidos, necessita de uma Central Sindical responsável e credível, que se apresente aos olhos do País e dos restantes parceiros sociais como uma voz verdadeiramente representativa da prática totalidade dos trabalhadores democratas portugueses.

O Congresso decidiu-se por uma evidente alteração qualitativa dos órgãos da Central e, ao fazê-lo, quis significar o seu apoio à renovação e ao reforço do projecto da Central, seja no plano interno seja no plano institucional. Não pode haver duas leituras deste facto e ninguém poderá estranhar que assim venha a acontecer. Com diálogo, bom senso e espírito de solidariedade. Nunca foi fácil a gestão do movimento sindical e não passará a ser mais fácil a partir de agora. Mas a solução apoiada pela esmagadora maioria dos delegados para gerir os destinos da Central nos próximos quatro anos assegura a defesa de algumas posições fundamentais:

— a metodologia da concertação social como matriz essencial do seu comportamento.

— a disponibilidade para o encontro de soluções flexíveis que potenciem a modernização do País, designadamente aspectos fundamentais do ordenamento jurídico, mas sem esquecer que o factor económico, sendo importante, não pode deixar de ser ponderado no conjunto vasto de interesses de que a vertente humanística e a solidariedade social são importantes componentes.

— o aperfeiçoamento da democracia interna das organizações sindicais e da própria Central e o estimular da participação dos associados.

— o indispensável reforço do movimento sindical a partir de uma campanha eficaz que combata a «abstenção» sindical e a dessindicalização.

— um programa ambicioso de prestação de serviços aos trabalhadores portugueses a partir de um núcleo de empresas parasociais, portador de efeitos indirectos na moderação de alguns preços de mercado.

A partir do IV Congresso a UGT tem todas as condições para continuar com mais eficácia as acções já encetadas nesse sentido e para iniciar outras a que ainda não tinha lançado mãos com suficiente consistência.

Não tendo havido vencedores individuais neste Congresso, também não houve pessoas vencidas. Mas tendo vencido o programa que defendia o projecto originário e pluralista da UGT, o grande perdedor foi o projecto assente na desestabilização, na intriga e no monolitismo. O Congresso foi muito claro: rejeitou tal projecto, cuja força assentava apenas numa máquina sustentada por alguma comunicação social.

E mesmo todas as tentativas desesperadas, que chegaram ao ponto de aceitar achegas da tendência comunista, foram insuficientes para lhe dar vida.

Estamos em crer que muitos dos que quiseram sustentar, já hoje, perante o fôlego renovado que emanou do Congresso, perante o peso contrário de tantas vontades, estarão já a ponderar a total sem razão de tal projecto. Alguns serão social democratas que uma conjuntura confusa terá perturbado, outros não o serão.

Em relação àqueles, os TSD — que o Congresso avaliou democraticamente e de forma irrecusável como a tendência sindical representativa de todos os trabalhadores social democratas — continuarão, pelo seu discurso e pela sua prática, os esforços, em que do antecedente tanto se têm empenhado, no sentido de suscitar a sua participação na realização conjunta do projecto sindical social democrata. Mas tal postura só se justificará se for correspondida por aqueles a quem se dirige.

Oxalá que sim, porque temos um longo caminho a percorrer e os nossos adversários devemos procurá-los noutros campos que não no nosso.

Rui Salvada

Os sociais democratas eleitos para os órgãos nacionais

A UGT realizou o seu IV Congresso nos dias 4, 5, 6 e 7 de Fevereiro, em Braga, onde estiveram presentes cerca de 1400 delegados.

Durante o Congresso, e nos termos do seu regimento, foram formalizadas duas Tendências: — A Tendência Sindical Social Democrata (TSD) e a Tendência Sindical Socialistas (TSS).

O Congresso aprovou as linhas de actuação futuras da Central, designadamente a sua Resolução Programática.

A composição dos novos órgãos só não inclui elementos das sensibilidades democrata-cristã e comunista, estando representadas as duas tendências que se reclamam do sindicalismo reformista (TSD e TSS) pelos seus elementos mais representativos.

Os TSD, cujo Secretário Geral encabeçou a lista do Secretariado Nacional e cujo Presidente do Congresso continua a presidir à UGT, viram eleitos os seguintes membros:

Presidente — José Pereira Lopes (SBSI).

Secretariado nacional — efectivos — Arménio Santos (SBSI), António Castro (Escritórios — Braga) Batista Fernandes (SBSI), Carlos Arrepia (SNPVAC), Cruz Luís (SINAFE), Eduardo Gomes (SBSI), Fernando Figueiredo (SQAC), Guerra Oliveira (SETS), João Carlos (UGT/Pescas), João Raimundo (SPZC), José Azevedo (SEZN), Leodolfo Picanço (STE), Luis Melo (SPZN), Manuel Martins, (SITESC), Manuela Teixeira (SPZN), Rui Salvada (SITESC), Sago Rodrigues (SINDHAT), Walter Berend (STSN).

Secretariado nacional (suplentes) — João Tamagnini (SNPVAC), Victor Botelho (SETACCOP), Carlos Mendes (SINDEMINAS), Teófilo Azevedo (SITESE), Manuel Silva (SINDETELCO), Jorge Esmeraldo Gouveia (SMAV), José Matias G. Silva (STESDIS), Abílio Matos Castro (SINDEQ), António Santos Ferreira (SITESC), Artur Penedos (Bancários Norte), Augusto Guedes (Eng.º Téc. Sul), Francisco Fortunato (SINDEFER), Herculano Ramos Rocha (Bancários Centro), João Courinha (Prof. Banca Casinos), João Baptista (SINDEGRAF), Joaquim Zeferino (Eng.º Reg. Sul), João Joaquim Abraão (SINTAP), José Santos S. Pereira (SETAA), Pereira Gomes (SBN), Jacinto Pereira (STSSRA), Carlos Esmeraldo (SITRA), Tiago Gouveia (Mestrança e Marinhagem), Alexandre Franco



Arménio Santos — O líder dos TSD viu coroado de êxito os seus esforços no IV Congresso da UGT

(STV), Fernanda Figueiredo (SIARTE), Mendes Cabrito (SBSI), Isilda Messias (SINFESE), José Ribeiro (SINDETELCO), João Pereira (SINTAP), António Salazar (STSN), José Resende (SINDEQ), Carlos Valente (Escritórios-Angra), Custódio Matos (SINDCES), José Tavares (SINDEPESCAS), Joaquim França (SINDIVIDRO), Carlos Saraiva (Trens e Revisão), José Ricardo Nunes (SPZC).

Conselho de disciplina (efectivos) — Sérgio Ferrão (SBSI), Dora Topete (SINDITE), Luís Carneiro (SITESC); (suplentes) — Luís Baptista (SINDETELCO), Matos Cristóvão (SINDEL).

Conselho fiscalizador de contas (efectivos) — Coelho de Melo (Economistas), Alfredo Correia (SNB), Fernando Farinha (SBSI), Dias Santos (STSSRA); (suplentes) — Manuel Lobato (SINDEGRAF), António Simões (SINDETELCO), Manuel Rey Agra (STSN), Francisco Vieira (Escritórios Ponta Delgada).

Entrevista com José Oliveira e Costa, Presidente da Comissão Política Distrital de Aveiro

O PSD vai consolidar a sua implantação no distrito

O PSD não repousa sobre os louros da sua grande implantação no Distrito de Aveiro nem sobre as vitórias ali obtidas, que se traduzem no domínio de grande maioria das câmaras municipais e juntas de freguesia, mas está disposto a reforçar ali a sua presença, tarefa a que se propõe José Oliveira e Costa, Presidente da Comissão Política Distrital do nosso Partido.

ESSA foi uma das questões abordadas por José Oliveira e Costa, actualmente também Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, na entrevista que nos concedeu e que deu ainda oportunidade para tratar de outras questões que interessam não só aos militantes de Aveiro mas também a todos nós em geral.

«Povo Livre» — Os objectivos que traçou quando concorreu a Presidente da Comissão Política Distrital de Aveiro do PSD estão a ser atingidos?

José Oliveira e Costa — Sem, a mais pequena reserva. É uma realidade assumida por todos quantos integram a grande família social-democrata e em particular por aqueles que com generosidade assumem funções nos diferentes escalões da hierarquia do partido no distrito.

«P. L.» — Quer destacar algum ou alguns desses objectivos?

J. O. C. — Propusemo-nos desenvolver um trabalho de fundo que está em pleno desenvolvimento em todas as frentes. Alguns objectivos são já visíveis, mas a sua verdadeira dimensão só virá ao de cima nos próximos meses. Julgo porém que devo salientar, como direi, um sentido acrescido de militância e de harmonia que é o condimento que melhor reforça o prestígio do partido perante os cidadãos eleitores.

«P. L.» — Quais são os principais problemas e dificuldades da Distrital de Aveiro?

J. O. C. — Quando se trabalha e se faz trabalhar os problemas resolvem-se por si. De qualquer modo, há um problema que nos preocupa e tem a ver com o sentir dos militantes e das pessoas em geral, de que é preciso fortalecer a unidade do partido, ou melhor, a unidade do distrito, que sendo o mais dinâmico no plano económico nem sempre assim é visto na presença de

órgãos de administração que interessam a essa força económica.

«P. L.» — E já agora, que parte da sua tarefa lhe tem proporcionado maior satisfação?

J. O. C. — Bem, é aquilo que tem a ver com o contacto directo com os militantes e que me faz sentir na plenitude do desejo que todos têm em conhecer e compreender a acção política e governativa.

«P. L.» — Considera que dispõe dos meios necessários para assegurar a expansão do PSD no distrito?

J. O. C. — Considero que sim. É certo que quando se tomam iniciativas a sua própria evolução exige cada vez mais meios, mas cumpre-nos encontrar o desejável equilíbrio. Estamos certos de que o haremos de encontrar.

«P. L.» — Para além das iniciativas de ordem política, que outras tem incrementado, culturais, sociais ou de outra ordem?

J. O. C. — A Comissão Política Distrital está a estudar os planos de acção que cada concelhia se propõe realizar. Foi solicitado às concelhias

que nos enviassem os planos que gostariam ver realizados no próximo ano. Bem, assim, nós pensamos otimizar essas acções específicas, claro, como também a própria intervenção da Comissão Política Distrital nessas acções, dando-lhe a coerência desejável no quadro dos meios disponíveis a que anteriormente nos referimos.

Mas é evidente que utilizaremos esses meios tradicionais de contacto com os cidadãos eleitores e também pensamos realizar vários colóquios e seminários sobre programas que interessam ao distrito.

«P. L.» — Qual a implantação do PSD nos meios laborais do distrito?

J. O. C. — Num distrito tão laborioso como o de Aveiro e sendo também um dos de mais forte implantação do PSD, naturalmente que temos uma forte presença no meio laboral.

É uma preocupação, portanto, consolidar essa presença e pensamos fazê-lo, quer através do contacto directo quer apoiando os TSD's em todas as acções que possam aproximar os trabalhadores do ideal social-democrata.



José Oliveira e Costa

Todos sabemos que a social-democracia é a melhor resposta para os interesses dos trabalhadores e da população em geral, e é preciso demonstrar na prática que assim é. Temos a vantagem, nesta nossa tarefa, de ter um governo que aposta na melhoria sustentada do nível de vida dos portugueses. Repare-se bem, quantos anos se tem de recuar, na nossa história, para se encontrar um triénio de crescimento dos salários reais?

«P. L.» — Decerto muitos?

J. O. C. — Exactamente. Por muito que os nossos adversários políticos pretendam criticar o trabalho do governo não podem destruir a realidade objectiva dos números. O produto interno bruto cresce, a inflação desce, o desemprego decresce, o prestígio de Portugal perante o estrangeiro é uma realidade firme, reconhecida pelos nossos parceiros na CEE, pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional...

«P. L.» — Tem razão, mas os velhos do Restelo não deixam de elevar a voz...

J. O. C. — ... é claro, é o papel, faz parte da regra do jogo, da luta política. É por isso que as estruturas do partido têm uma acção fundamental a desenvolver, e essa acção só pode ser levada a efeito se todos estiverem informados e preparados para a luta. Daí o relevante papel das comissões políticas distritais, que têm obrigação de trabalhar a informação que recebem do secretário-geral do partido para a poderem difundir em termos de ser facilmente assimilada.

Cada militante deve ser a voz avançada do partido que esclarece e divulga as realizações do governo e muitas vezes esclarece o porquê de medidas que tendo um cunho impopular são indispensáveis para que o progresso do país seja contínuo.

«P. L.» — O que para alguns é difícil de aceitar.

J. O. C. — Bem, lá difícil é, sem dúvida que é difícil, mas o governo não pode governar a pensar em A ou B, tem de governar para todos os portugueses, e deve fazê-lo projectando o futuro, sem descuidar o presente, é certo. Por isso, quando as condições o permi-

tem, deve andar mais depressa, mas quando o perigo espreita deverá abrandar. O que é preciso é que não se dê, como direi, não se dê o pão para depois lhe retirar a melhor fatia.

Os portugueses têm bem a noção disso porque foi exactamente o que lhes aconteceu em 1983 e 1984, em que perderam, repare-se bem, perderam quase 20 por cento do poder de compra.

Os nossos adversários políticos procuram fazer esquecer isso, mas nós devemos lembrá-lo, não por lembrar, mas para pôr em evidência que o progresso tem regras que se não forem respeitadas conduzem a resultados desastrosos.

«P. L.» — Como se tem processado a ligação da Comissão Política Distrital de Aveiro com as comissões concelhias do distrito? E com as estruturas políticas nacionais do PSD?

J. O. C. — Bem, não temos tido dificuldades de ligação com as concelhias, mas esperamos melhorá-las dentro de um programa de trabalhos que está em fase de ultimização. Quanto à ligação com as estruturas nacionais do partido, têm sido excelentes e julgo que isso não se deve à minha particular posição.

«P. L.» — Faltam ainda cerca de dois anos para as próximas eleições autárquicas, mas já há alguma coisa planeada a nível distrital para enfrentar esse novo desafio que se vai colocar ao nosso partido?

J. O. C. — Se é certo que não trabalhamos ainda directamente esse problema, também é verdade que toda a acção que se vem desenvolvendo supõe já a preparação para esse desafio, para os desafios que o partido tem que enfrentar, não somente as eleições autárquicas como inclusivamente as eleições que também se aproximam para o parlamento europeu.

«P. L.» — Ainda quanto a essas eleições autárquicas, que estratégia, que política de alianças?

J. O. C. — No Distrito de Aveiro não se põem problemas de alianças. Somos de longe o partido melhor implantado no distrito e os nossos objectivos têm subjacente a preocupação de reforçar essa presença sem o recurso a alianças. Se trabalharmos com afinco e com inteligência venceremos mais esse desafio.

«P. L.» — É de opinião que o apoio que a Distrital de Aveiro tem dado aos autarcas do distrito é suficiente, ou considera que alguma coisa pode ver revista e melhorada?

J. O. C. — Em política nunca devemos considerar que aquilo que se faz é suficiente. É um processo dinâmico que está sempre em aperfeiçoamento. Tudo faremos para ter sempre, mas sempre, como diz, tal princípio. Os nossos autarcas precisam de nós e nós temos obrigação de apoiar o notável trabalho que vêm desenvolvendo.



Juventude e alegria marcam os comícios promovidos pela Distrital de Aveiro



PSD Povo Livre

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Rua de Buenos Aires, 39 - 1296 LISBOA Telef. 602140

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME: _____

MORADA: _____

COD. POSTAL: _____ LOCALIDADE: _____

ASSINATURA: NOVA RENOVAÇÃO SEMESTRAL ANUAL

Junto envio cheque nº _____

Segue vale de correio nº _____

Junto numerário no valor de _____

(Assinatura)

Vitórias do PSD em eleições intercalares

Na sequência de anteriores vitórias que confirmam a sua crescente implantação junto das populações, o PSD ganhou as eleições intercalares para as Assembleias de Fre-

guesia de Areias de Vilar (Barcelos) e de Bouça (Mirandela). Tanto numa como noutra Freguesia o CDS tinha ganho as eleições anteriores. Os resultados foram os se-

guintes:
Areias de Vilar — PSD, 259 (39,3); CDS, 191 (30,0); PS, 134 (20,3); CDU, 69 (10,5).
Bouça — PSD, 182 (58,1); CDS 123 (39,3); CDU, 6 (1,9).

Na secção B de Lisboa

Mesa-redonda sobre a história do PPD/PSD-1974/75

No próximo dia 18 realiza-se na sede da Secção B de Lisboa, pelas 21 h uma mesa-redonda sobre a história do PPD/PSD — 1974/1975, com a participação de: Rui Machete, Alberto João Jardim, Marcelo Rebelo de Sousa, Jorge Correia da Cunha, José Furtado Fernandes e Conceição Castro Pereira.

Comparece e vem conhecer «Histórias» que fazem a histó-

ria do PPD/PSD. Na anterior Mesa-Redonda foram abordados alguns factos sobre:

- Formação do PPD;
- Entrada do PPD no I Governo Provisório;
- Crise «Palma Carlos» e repercussões no PPD;

— Bastidores da formação do II Governo Provisório;

— Bastidores do 28 de Setembro;

- Esboço de cisão no PPD antes do I Congresso e
- Implantação do PPD no país e na área laboral.

Pereira Lopes em Odivelas

O deputado e Presidente da UGT, Pereira Lopes, desloca-se no próximo dia 11 pelas 21h30 à Secção de Odivelas onde falará sobre o «Papel da concertação social no progresso e desenvolvimento do País».

Manuel Moreira hoje em Estremoz

O Secretário-Geral Adjunto do PSD, Manuel Moreira, desloca-se hoje ao concelho de Estremoz, para às 18h30, reunir com a Comissão Política de Secção do PSD e com os Vereadores e Membros da Assembleia Municipal sociais democratas para análise da situação autárquica do Município.

Às 21h30 Manuel Moreira participa na Assembleia de Secção do Partido para falar aos militantes do Concelho sobre o Poder Local e as eleições autárquicas de 1989.

Volta ao Algarve das Freguesias

As Juntas de Freguesia são verdadeiros órgãos autárquicos de base, e que mais de perto contactam com as populações e as suas carências.

São os seus responsáveis, quem aguenta o primeiro embate da reivindicação popular.

Instaladas, muitas delas, em condições deficientes, e dispondo de verbas insuficientes, as Juntas de Freguesia são o parente pobre do Poder Local.

Marginalizados no Estatuto do Eleito Local, incompreendidos no seu esforço, esses Homens e Mulheres desempe-

nam todavia uma tarefa considerável.

É para ter uma ideia tão próxima quanto possível desta realidade autárquica do Algarve, que o Presidente da Comissão Política Distrital do PSD e Deputado Mendes

Bota, iniciar este mês uma Volta ao Algarve pelas Freguesias, visitando-as e tendo reuniões de trabalho com todas as Juntas de Freguesia indistintamente, programa que se prevê venha a findar dentro de cerca de 6 meses.

Rui Carp na secção C

Rui Carp, Secretário de Estado do Orçamento, desloca-se amanhã, pelas 21h30, à sede da Secção C de Lisboa (Rua Cidade de Cabinda, n.º 6-C) onde presidirá a uma sessão de esclarecimento.

Colóquio sobre comunicação social em Vila Nova de Gaia

Efectua-se no próximo dia 12, às 21h30 mais um Colóquio do Ciclo que se está a efectuar na secção de Vila Nova de Gaia do PSD, no qual o Secretário de Estado para a Comunicação Social, Albino Soares, falará sobre Comunicação Social — Que objectivos?

O que é o M.R.A.?

Alguns órgãos de comunicação social têm nos últimos tempos falado do M.R.A., e sobretudo do seu presidente sr. José Vitorino.

A importância a algo que não existe começa a tornar-se fastidioso para os algarvios.

O Partido Social Democrata de São Bartolomeu de Messines, atento a estas manobras, não pode deixar passar em claro algumas afirmações deste M.R.A. quando nalgumas suas infelizes intervenções põe em causa a capacidade e dinâmica de um algarvio dos sete costados que é Cabrita Neto, actual governador civil. Todos os algarvios, sem excepção, reconhecem o excelente trabalho desenvolvido por Cabrita Neto, quer como governador civil quer como homem do turismo.

Pensa o PSD de São Bartolomeu de Messines que os algarvios saberão de uma forma clara e inequívoca dar a resposta certa ao sr. do M.R.A.

Segundo Domingos Luz, presidente do núcleo local, José Vitorino que todos os algarvios já se habituaram às suas cambalhotas e tropelias não pode nem deve porque não tem moral para fazer críticas ao governador civil e indirectamente ao governo presidido pelo Prof. Cavaco Silva camuflando-se uma coisa que não existe (M.R.A.).

Em comunicado, o PSD critica também alguns órgãos de comunicação social pela cobertura àqueles que querem a todo o custo ensombrar o trabalho do actual governo.

Informatização dos serviços da Sede Nacional



Na Sede Nacional está a decorrer com muito êxito um curso de informática para os trabalhadores-militantes que assim se preparam para as novas tarefas que a modernização tecnológica e a próxima transferência para a nova sede exigem. Na sessão de abertura do Curso, o Secretário-Geral Adjunto, Luís Geraldes, falou do significado da iniciativa, acentuando que se estava a dar um passo em frente no sentido de se produzir melhor e com mais eficácia, a fim de podermos dar resposta cabal aos problemas com que o Partido é quotidianamente confrontado.

PSD Jornadas para a revisão do programa do partido

PROGRAMA

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1988 (DOMINGO)
HOTEL VIANA-SOL — VIANA DO CASTELO

- 10 HORAS — TURISMO
- 11H30 — JUVENTUDE
- 13 HORAS — ALMOÇO/CONFRATERNIZAÇÃO
- 15 HORAS — POLÍTICA AGRÁRIA
- 16H30 — INTERVALO
- 17 HORAS — PESCAS
- 18H30 — CONCLUSÕES-ENCERRAMENTO

Todas as intervenções serão seguidas de debate e a colaboração de todos os militantes é fundamental. Vamos também procurar a colaboração de sociais-democratas especializados nos assuntos a tratar.

Boletim de inscrição

DESEJO PARTICIPAR NOS SEGUINTES TRABALHOS:

TURISMO PESCAS POLÍTICA AGRÁRIA JUVENTUDE

PRETENDO ALMOÇAR COM OS COMPANHEIROS — SIM NÃO
(PREÇO POR PESSOA...1450\$00)

PRETENDO APRESENTAR COMUNICAÇÃO NOS SEGUINTES TEMAS:

VIANA DO CASTELO, DE FEVEREIRO DE 1988

Ass. _____

Morada _____

PREENCHA E DEVOLVA COM URGÊNCIA

DATA LIMITE DE INSCRIÇÃO:
15 DE FEVEREIRO

**SOCIAL
DEMOCRACIA
PARA PORTUGAL**

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

revisão do programa

Jornadas

TURISMO

POLÍTICA AGRÁRIA

PESCAS

JUVENTUDE

Viana do Castelo - 21-22-1988

Sobre as relações maioria parlamentar-Governo

HÁ relativamente pouco tempo publicou o nosso colega de bancada Pacheco Pereira um oportuníssimo apontamento no semanário no qual habitualmente colabora. Penso porém que a ideia força contida no título talvez tenha relegado para segundo plano algumas afirmações mais localizadas que se reportam às relações maioria parlamentar — Governo e que me parecem sobremaneira actuais e importantes.

Com efeito, o simples facto de prover a legitimidade do Governo de uma maioria parlamentar deveria fazer pensar com especial cuidado na articulação de uma e outra realidade.

Numa situação maioritária não existe antinomia entre Parlamento e Governo mas, por definição, onde ela existia antes deverá verificar-se agora coincidência de pontos de vista e de objectivos, concorrência de vontades e, por que não, colaboração prática.

Se se não compreende que a maioria parlamentar seja contrária ao Governo, menos se poderá aceitar que o Governo seja oposto à maioria parlamentar.

E o facto é que o acordo essencial foi já aprovado e subscrito quando o Governo viu o seu programa aprovado e viu aceites, com entusiasmo, as linhas mestras da sua actividade política e administrativa.

O Governo disse o que, no seu entender, deveria ser feito e atribuiu os pesos e as prioridades que a sua acção devia revestir. Mas não se espere que ele actue sózinho ou isoladamente em matérias de competência não exclusiva. Ou, mais concretamente, naquelas em que se exige por pressuposto a colaboração da Assembleia.

E não se ignore que muitas das questões fundamentais do País que eventualmente darão margem de manobra e intervenção a qualquer executivo dependem hoje de substanciais actividades parlamentares.

Referimo-nos obviamente à revisão constitucional, mas também nos referimos a um



CARLOS ENCARNÇÃO

bom conjunto de iniciativas que, independentemente dos resultados daquela, podem criar condições de facilidade de exercício da função executiva.

Ou seja, defendemos claramente a opinião de que ao Governo e só a ele se não poderá nem deverá exigir tudo. Todo o esforço e toda a pena, designadamente.

E mais do que isso, entendemos que o próprio conjunto maioria-Governo deve esperar mais do trabalho da Assembleia e dos seus deputados.

Certamente que é difícil estabelecer a forma ideal desta conjugação de acções. A maioria parlamentar faltará muitas vezes o sentido político da oportunidade de algumas medidas ou sofrerá a tendência para a sobrevalorização dos elementos políticos de decisão, ou será conduzida a compromissos indesejáveis.

Mas isto não é também razão para que a maioria sejam sempre presentes opiniões acabadas e definitivas sem fazer nascer a possibilidade de participação no enriquecimento ou na melhoria.

Ao fim e ao cabo é a maioria que mais perfeita e interessadamente se deverá rever nas realizações governativas, nos seus actos de gestão como nos seus actos normativos. É o Governo que mais justamente deverá esperar da maioria uma solidariedade activa na defesa dos seus princípios, actos e resultados.

É consabido que um natural desejo das oposições é provo-

car o desgaste no executivo, a divisão na sua base de apoio e a desmotivação em quem se empenha na acção política concordante. E isto pode ser tentado de duas (entre várias) maneiras; ou contraditar violenta e fundamentadamente os actos praticados ou provocando a divisão do conjunto.

Sempre, em qualquer dos casos, um veículo natural para a consecução de tal finalidade é o provocar da inação ou do estiar de iniciativas.

É por isso mesmo que o Governo e maioria vão dar um testemunho do oposto.

Até agora estivemos como que numa actividade preambular de acerto de ritmos entre os dois intervenientes, natural e compreensível para uma tão grande maioria e um tão sólido Governo.

E não se pense que este período foi despendido e falho de interesse. Entre várias outras coisas já nos pudemos aperceber que o funcionamento da Assembleia não é o melhor e que grande parte das suas imperfeições residem num Regimento ultrapassado.

Modificado este, vamos entrar num tempo novo em que não existirão alibis ou desculpas.

Esta tem de ser uma Assembleia da eficácia e da qualidade, da colaboração e da exigência, do equilíbrio e da perfeição.

Longe estão os tempos da actividade parlamentar de boicote, de adiamento ou de obstrução.

A Assembleia vai receber para estudo leis fundamentais nas quais o Governo lhe vai pedir colaboração, investigação e melhoria.

Assembleia e Governo com papéis bem definidos e poder redistribuído vão acentuar a estabilidade institucional para o desenvolvimento e o progresso.

Até nisto e de tal estou perfeitamente certo e seguro, esta diferente conjugação de forças e realidades tem a obrigação de ser responsável pela inovação e pela diferença.

Deputado do PSD

FLAGRANTES

Reflexões breves



FERNANDO AMARAL

Participar é uma das exigências fundamentais de todo o pensamento democrático.

Sem a participação dos militantes partidários no desenvolvimento dos processos políticos que conduzem à realização dos projectos que se formulam, estes ficam engavetados, gelados, ou passam cosidos na sombra projectada pelos muros da indiferença. Ainda que a actuação dos seus promotores mais responsáveis se manifeste, de forma voluntariosa, na sua prossecução, sempre se quedarão assolapados na trincheira dos desvalidos.

Sem a participação do cidadão comum, pela tomada de consciência das razões e dos inconvenientes das soluções a concretizar, que mobilizem a sua adesão ou o seu protesto, o projecto político afunila-se na dimensão dos seus propósitos e não abre caminho, que se palmilhe.

Participar, colaborar, aderir ou contestar, são pressupostos essenciais de Democracia.

Esta, como quadro legitimador da expressão da Vontade, não pode ser privilégio de alguns.

Ouvir, escutar, dialogar, aceitar, transigir, contestar, criticar, são atitudes reveladoras duma autêntica dinâmica democrática.

«Ninguém sabe o suficiente para se tornar intolerante».

Todas as Verdades, ainda as mais evidentes, têm de passar pelo crivo de contraditório para serem analisadas até à exaustão. De contrário, transformam-se em dogmas ou verdades mortas que à inteligência política repugnam como quisitos indesejáveis.

Ao processo democrático importa muito mais o exame dos pressupostos e das motivações que haverão de alicerçar a tomada das decisões do que a materialidade destas.

É certo que são as decisões que comandam, definem e impõem comportamentos. Elas são os dados mais importantes na condução global do processo. Haveríamos mesmo de dizer que constituem o seu elemento mais decisivo, necessário e imperioso do percurso a realizar em ordem à concretização do projecto político. É certo que são os dados mais importantes na condução global do processo. É na tomada de decisões que se assume a soberana competência com que cada responsável tem a obrigação de intervir.

Quase sempre é o voto que define a opção da vontade. Por ele se afirma ou nega, se aprova ou rejeita a proposta feita. O momento da decisão, no exercício do direito de voto, é, assim, o momento essencial da Democracia. Mas ele só ganhará essa essencialidade e importância se for exercido em plena consciência, fruto do conhecimento esclarecido que justifica o sentido que se lhe dá.

Por isso, tão importante como o momento de opção no exercício do voto, é todo o percurso no desbravar e na descoberta das vantagens, dos inconvenientes, das justificações ou das contestações que vão aflorando na discussão dos motivos que alicerçam as decisões que se pretendem.

Se elas forem, tão só, a manifestação consequente do exercício da autoridade legítima, poderão obter a obediência, o respeito, e até a aceitação conformada, mas faltar-lhes-á, certamente, o espírito de adesão, de entu-

siasmo, de confiança que se assume como expressão da realização pessoal, de cada um, ou dos Povos a que aquelas respeitam.

É necessário que a adesão não seja nunca um recrutamento.

Porque a Democracia é um quadro de desenvolvimento de processos, ela conhecerá o seu termo e nunca será obra acabada, já que ao caminho da perfeição não é possível traçar-lhe uma meta final...

É um prosseguir continuado, sempre aliciante e mobilizador, porque ele respeita à pessoa e esta está no centro de todos os problemas humanos.

Por isso se exige, de todos quantos se entregam à Vida Política, uma honestidade, uma justiça, uma coragem, uma experiência, um sentimento crítico, um realismo, uma consciência assente no receio de falibilidade, uma abertura e uma confiança que os situem responsabilmente na Comunidade a que pertencem.

Tais exigências são pressupostas do exercício dos direitos e do cumprimento empenhado das obrigações que a sua cidadania impõe.

Porém, a cidadania, só pode ter expressão autêntica quando se faz diálogo, quando se ouvem e se escutam os outros; quando se colhem e se assumem os contributos sérios que sejam adiantados, independentemente dos conceitos ideológicos, políticos ou religiosos que informem a origem de quem os ditou.

É que, em política, não há verdades absolutas. Há, isso sim, verdades que em cada conjuntura melhor satisfazem os objectivos de realização pessoal e a promoção da Comunidade que os reclama.

Se o direito de falar é uma das expressões da Liberdade é a necessidade de ouvir que torna importante esse direito.

Porque penso que a política não é a afirmação contra o que quer que seja, mas sempre a preparação duma Comunhão, têm os Grupos Parlamentares a especial responsabilidade de fomentar o diálogo com todos os agentes políticos para que o Povo Soberano tome consciência das decisões que, em sua representação, hão-de ir ao encontro dos seus desejos.

Conhecer, esclarecer, participar, formar, informar são imperativos que preenchem o mandato dos Deputados.

Assumamos o compromisso e façamos dele a bandeira dos nossos propósitos.

Povo Livre

Sai às quartas-feiras

PROPRIEDADE

PSD — Partido Social Democrata

Director: DUARTE LIMA

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas)

R. de Buenos Aires, 39 • 1296 LISBOA CODEX

Telefs. 60 90 42/60 21 40 • SAPL Telefs. 60 93 79/60 21 40

Depósito legal n.º 1970/83

Preço avulso 30\$00

Assinatura — Portugal

Semestral 700\$00

Anual 1250\$00

Apoio 2000\$00

Composição e Impressão:

Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.

Tv. Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA

Distribuição:

VASP - Soc. Transporte de Distribuições, Lda.

R. Joaquim António de Aguiar, 43-1.º Esq.

1000 LISBOA

Cimeira da CEE em Bruxelas

Portugal: uma aposta forte no espírito comunitário

O impasse que caracterizou as negociações da última cimeira da CEE, em Copenhaga, será a questão fundamental a ultrapassar em Bruxelas, onde decorrerá a próxima cimeira da comunidade, amanhã e depois.

Após o «conclave» que reuniu, recentemente, os ministros dos Estrangeiros dos doze países, e apesar do impasse ainda a subsistir, são evidentes os sinais de flexibilização e de vontade política mostrados pelos

Estados membros para chegarem a um acordo. Para Portugal, será também a ocasião para jogar uma cartada hábil, mais agora com o prestígio que atingiu no seio da Comunidade, no sentido de obter um maior apoio em determinadas áreas consideradas ainda frágeis, concretamente na sua agricultura e indústria.

O impasse saído da Cimeira de Copenhaga, em Dezembro passado, resultou das divergentes posições dos Estados membros em aceitarem o conjunto de reformas necessárias para pôr fim à crise orçamental com que a Comunidade se debate. O pacote de reformas resume-se a quatro pontos fundamentais: o problema das despesas agrícolas, que absorvem cerca de dois terços do orçamento comunitário, e a consequente reforma da Política Agrícola Comum (PAC); os fundos estruturais; a política de financiamento da Comunidade; e o eliminar progressivo do desequilíbrio económico entre os países do Norte e do Sul.

Em relação à reunião que decorreu em Bruxelas, no princípio do mês, entre os mi-

nistros dos Estrangeiros dos «Doze», com vista a preparar a próxima cimeira, as perspectivas para um acordo melhoraram. A reforma da PAC continua, contudo, a ser uma das principais questões em desacordo, que opõe a Alemanha Federal, este ano na presidência da CEE, à Grã-Bretanha e

abandono de grandes áreas agrícolas em produção, embora não esteja, ainda, em condições de adoptar.

Paralelamente, o plano Delors prevê, também, a duplicação dos fundos estruturais até 1991, altura prevista para a abertura do mercado único europeu, medida da qual Portu-

pecífico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, que prevê um investimento de mais de 100 milhões de contos neste sector, nos próximos quatro anos, e particularmente agora, que Portugal é, cada vez mais, visto como um parceiro de maior respeito no seio da Comunidade.

ciamento da Comunidade, seria muito mais gravosa para Portugal. O desejável é que cada país contribua de acordo com a sua prosperidade relativa e capacidade de pagamento. Esta posição é frontalmente contestada pelos italianos. De facto, a Itália prefere que a base de tributação aplicável seja a do IVA, visto que tem uma grande produção em relação ao consumo.

Ponderando os resultados saídos deste «conclave», as atenções concentram-se, agora, em Bruxelas. Os problemas de fundo não são graves, mas há questões pontuais que, para um eficiente funcionamento da Comunidade, são necessárias ultrapassar já.

Um desses problemas é o do orçamento comunitário para 1988, que, devido ao impasse que se tem verificado nas negociações, ainda não foi proposto. A CEE vive, actualmente, com base no orçamento de 1987, sistema já antes utilizado, mas que não poderá vigorar para além de Outubro, ou seja, antes da última cimeira do ano. Até lá, os «Doze» terão, obrigatoriamente, que chegar a um acordo.

Necessidade de um investimento substancial por parte da Comunidade, no apoio às infra-estruturas industriais portuguesas

à Holanda.

Quanto à posição portuguesa, na questão agrícola não existem grandes problemas. A especificidade da sua agricultura já tinha sido reconhecida na anterior cimeira, em Copenhaga, e Portugal deverá manter o seu apoio ao plano Delors. O que significa, portanto, que aceita o princípio de que é necessário actuar no sentido de diminuir a produção de excedentes, concretamente através da aplicação de limites máximos de produção para determinados produtos e do

gal beneficiará directamente. Mas as autoridades portuguesas defendem que deverá existir uma maior concentração de aplicação dos fundos nas regiões que revelam um maior atraso estrutural.

Outra questão importante, que o primeiro-ministro, Cavaco Silva, defenderá em Bruxelas, é a necessidade de um investimento substancial, por parte da Comunidade, no apoio às infra-estruturas industriais portuguesas. Cavaco Silva tentará, assim, desbloquear o PEDIP — Plano Es-

O único ponto em que as autoridades portuguesas têm encontrado oposição tem sido o problema do financiamento comunitário, nomeadamente por parte da Itália. Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, é importante a introdução do denominado Quarto Recurso, ou seja, um sistema baseado no Produto Nacional Bruto, em vez de ser utilizado um sistema baseado no Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A tributação fundamentada no IVA para o finan-

BREVES

URSS — Centenas de crianças morrem, anualmente, e milhares ficam feridas, em acidentes de trabalho na União Soviética. A informação revelada pelo «Trud», jornal dos sindicatos soviéticos, denunciava ainda que crianças, com idade compreendida entre os 10 e os 12 anos, chegam a trabalhar 12 horas diárias.

Lepra — Embora considerada controlada na Europa Ocidental, a doença da lepra atinge, ainda, 15 milhões de pessoas, particularmente no Terceiro Mundo. Países como a Guiné Equatorial, Gabão, República Centro-Africana e Serra Leoa, registam uma taxa de mais de 40 leproso por cada mil habitantes, enquanto em Mocimboa do Zaire, Nigéria, Chade, China e Paquistão, estes números variam entre 10 e 39,9 leproso por cada mil habitantes.

COCOM — A Comissão Coordenadora de Controlos Multilaterais à Exportação decidiu reforçar a vigilância sobre a venda de produtos e tecnologia à União Soviética. Tal decisão vem na sequência de informações de que duas companhias, uma japonesa e uma norueguesa, teriam fornecido à URSS equipamento para reforçar a anti-deteção dos seus submarinos nucleares. Desde 1949 que os países da Aliança Atlântica controlam o comércio com o Bloco Leste, mas estes mecanismos têm falhado, sobretudo pelo secretismo que sempre envolvem estas operações, facto que torna difícil averiguar o seu cumprimento.

SHULTZ — George Shultz desloca-se a Moscovo, entre 21 e 23 de Fevereiro, com o objectivo de preparar a próxima cimeira Reagan — Gorbachov. Este é o primeiro passo de uma série de conversações que decorrerão antes do encontro dos dois líderes.

Um dos pontos fundamentais da agenda de Shultz é a preparação do projecto de acordo para a redução em 50 por cento das armas nucleares estratégicas.

AJUDA MILITAR — A redução da ajuda económica dos Estados Unidos a Portugal, que este ano se cifrará em 117 milhões de dólares, como contrapartida pela utilização da Base Aérea das Lajes, deverá ser compensada com equipamento excedentário das Forças Armadas norte-americanas. De acordo com declarações de Frank Carlucci, durante a sua passagem por Lisboa, será criado um grupo de trabalho conjunto, com o objectivo de avaliar as necessidades de equipamento e modernização das Forças Armadas portuguesas.

Angola: a possível solução difícil

O optimismo que rodeou as recentes conversações entre o secretário de Estado-Adjunto para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, e representantes do Governo angolano, mesmo com as novas condições impostas pelas autoridades de Luanda para a retirada dos cubanos, poderá, no entanto, ser prematuro. De facto, a possível solução avançada corre o risco de ser, na prática, impossível, pelas condições que em si levanta. E que, para já, as partes envolvidas são três, mas, as permissas avançadas para essa solução só são concordantes para duas, ou seja, para Angola e para os Estados Unidos. Falta, ainda, a resposta da África do Sul.

A visita agora efectuada por Chester Crocker a Angola vem na sequência de conversações já iniciadas no ano passado. Na altura, um possível entendimento transparecia entre duas partes negociadoras: o Governo angolano propunha-se a retirar 20 mil cubanos num prazo de dois anos, após a aplicação da Resolução 435, de 1978, das Nações Unidas, que determinava o fim da ocupação da Namíbia pelas forças sul-africanas.

Tanto para Washington, como para Pretória, a retirada dos cubanos é uma das condi-

ções necessárias para a paz na região, mas as soluções então avançadas entre americanos e angolanos seriam rejeitadas pela África do Sul. Em declarações posteriores, o ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, «Pik» Botha, adiantava que a proposta de Luanda aos Estados Unidos não tinha sido formalmente feita ao seu país, mas, se as condições se limitavam à possibilidade de serem retirados apenas 25 mil cubanos e só até um certo paralelo de latitude, isso não seria aceitável. A África do Sul exigia a retirada das tropas cubanas para dar a independência à Namíbia; e Angola o contrário. O impasse subsistia, mas, para «Pik» Botha, haveria, por força de outros factores, de ser ultrapassado.

Em relação aos resultados saídos deste último encontro entre americanos e angolanos, eles não são muito diferentes.

É certo que o facto de Angola ter reconhecido a necessidade da saída das forças cubanas do seu território e de estar disposta a reduzir o prazo da sua retirada para um ano, bem como o facto de os Estados Unidos terem aceite a inclusão de um representante cubano nas conversações, é sinal positivo. Mas as soluções vão, novamente, colidir com a posição sul-africana.

As autoridades americanas estariam dispostas a aceitar uma retirada parcial das tropas cubanas, até ao paralelo 13, enquanto as restantes se retirariam mais tarde. Para os angolanos, o primeiro movimento deverá coincidir com a retirada sul-africana da Namíbia. Isto permitirá, segundo as autoridades de Luanda, uma protecção contra a ingerência da África do Sul na situação interna de Angola. Mas, simultaneamente, é necessário que tanto Washington como Pretória deixem de apoiar militarmente a UNITA.

Embora os Estados Unidos se tenham mostrado receptivos, concretamente em relação a esta última permissa, a dúvida que parece existir, e levantada por alguns analistas americanos, é que Crocker disponha de poder suficiente para anular uma decisão que tem forte apoio do Congresso norte-americano.

A posição sul-africana

A disponibilidade subitamente mostrada pelo Governo angolano para a resolução de um conflito que se arrasta à anos, poderá, em reflexo, ser sintomática de que, a breve prazo, a situação poderá inver-

ter-se, negativamente, para as autoridades de Luanda. Havana já manifestou a sua intenção de abandonar totalmente o território angolano, mas, em relação à África do Sul, tudo se passa de maneira diferente.

Um dos argumentos de persuasão usados para com os Estados Unidos, por parte das autoridades angolanas, é que o perigo de uma implantação comunista em Angola já não existe e, segundo responsáveis do MPLA, é desejável que a África do Sul se junte ao processo de negociações, o qual, deverá agrupar também Cuba e a SWAPO, o movimento da libertação da Namíbia.

Por seu lado, o Governo da África do Sul mostrou-se receptivo a tomar parte activa nas negociações, mas a sua posição não difere das já anteriormente assumidas. Para «Pik» Botha, a independência da Namíbia é discutível depois de serem dadas garantias da retirada dos cubanos, mas quaisquer negociações que envolvam a SWAPO terão, obrigatoriamente, de envolver também a UNITA e os partidos internos da Namíbia, atitude a que o Governo de Angola se opõe formalmente.

O optimismo mostrado em alguns círculos internacionais parece, pois, um tanto prematuro.

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 351 • 10 DE FEVEREIRO DE 1988

COORDENADOR

PEDRO GOMES

COORDENADORES-ADJUNTOS

MANUEL DUARTE

PAULO GUEDES DA SILVA

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 694

NESTA EDIÇÃO

- REGULAMENTO DA LEI DAS AE's
- JSD CONTRIBUI PARA REVISÃO DO PROGRAMA DO PARTIDO

NÃO HÁ IDEIAS?

*Corre sem vela e sem leme
O tempo desordenado
D'um grande vento levado*

Camões

A questão essencial que a revisão ao programa do PSD, datado de 1974, vem levantar é a de saber até que ponto as ideias são importantes em política.

Proclama-se a morte das ideologias; Fala-se no deserto de ideias na classe política; citam-se exemplos, mesmo sondagens, indicando que o cidadão anónimo está pouco atento à ideologia dos partidos políticos.

Será que as coisas se passam desta maneira?

As ideias são fundamentais para a actuação política, porque são elas que balizam a actividade do homem e dos partidos políticos. Há aqui um elemento psicológico a ter em conta no plano partidário e que leva os partidos a disporem de um programa, embora, muitas vezes, a sua prática se afaste dos postulados programáticos.

É, aliás neste ponto que bate a questão. Em Portugal, as ideias fundamentam cada vez menos a prática política. Os partidos ao assumirem o poder elegem o pragmatismo como a ideologia principal, esquecendo os seus programas esquecendo, no fundo, as ideias e o seu debate.

Poderemos, assim talvez, afirmar que em Portugal não se vive uma crise das ideologias — com excepção do PCP, mas por motivos bem particulares — mas sim a crise de uma maneira de fazer política, uma crise discursiva que pouco ou nada tem a ver com as ideias.

Mercê da instabilidade política, os partidos procuraram sempre dar respostas imediatas aos problemas, muitas vezes através de jogos de cedências aos seus adversários, momentaneamente seus aliados, desvalorizando e reduzindo o interesse das teorias, as quais estabelecem uma relação mínima com a prática.

Repare-se ainda num pormenor curioso: apesar de não haverem ideias sem homens, a verdade é que as sugestões nos partidos políticos se fazem exclusivamente com base nos homens e nunca — até hoje — por confronto entre rumos ideológicos diferentes.

Valorizando a prática, transformando o discurso político num conjunto mínimo de ideias redutoras, cultivando a aparência e a política-espectáculo, os partidos conduziram a um declínio das ideologias confundidas com o discurso utilizado.

Ao PSD o desafio que se coloca é tão simples quanto isto: com um governo para quatro anos e afastado o fantasma da instabilidade, o PSD vai poder colocar em acção as suas ideias, a sua ideologia. A acção governativa será, pois, um aferidor da aplicabilidade da ideologia social-democrata, afastadas que deverão ser as tentações de ver o PSD como um «centrão» português.

Ao expor-se num governo monocolor, o PSD estará a expor a sua doutrina, o seu corpo programático, ressalvada que está a necessidade de encarar a governação com uma certa dose de pragmatismo.

Pedro Gomes

NOVOS DESAFIOS DA SOCIAL DEMOCRACIA

JSD CONTRIBUI PARA REVISÃO DO PROGRAMA DO PARTIDO

A JSD, em colaboração com a área de Juventude do IPSD, realizou no passado fim-de-semana um seminário voltado para a discussão da social-democracia.

O seminário iniciou-se no Sábado, 6 de Fevereiro, com a recepção de cerca de trinta jovens sociais-democratas, colaboradores do Gabinete de Estudos Nacional (GEN).

A abertura dos trabalhos foi feita pelo Presidente da CPN da JSD, Carlos Miguel Coelho, que numa breve alocução explicou os objectivos do seminário.

Para Carlos Coelho, «a JSD tem o dever de hoje prestar um contributo para a revisão do programa do PSD, para a reflexão da social-democracia, buscando uma nova postura perante os valores tradicionais, contribuindo para a procura de novos valores, porque a JSD foi pioneira no lançamento deste debate no seio do partido».

Noutro passo da sua intervenção, Carlos Coelho, afirmava serem os jovens os grandes agentes da inovação, porque afinal são também os jovens que rejeitam uma postura tradicional da ideologia social-democrata tradicional, a qual não lhes abre grandes espaços de participação.



A JSD propõe uma social-democracia renovada com propostas para o ano 2000

De seguida, constituiram-se grupos de trabalho para a análise da social-democracia na prática e na vida social.

No serão de sábado reflectiu-se sobre os novos desafios da social-democracia na dimensão interna, tendo sido oradores o En-

genheiro Mira Amaral e o Dr. Carlos Macedo.

No domingo, pelas 10,00 h discutiu-se a vertente internacional da social-democracia, com a colaboração dos Drs. João Salgueiro e Rui Machete.

O encerramento dos trabalhos foi feito pelo Dr. António Capucho, o qual começou por saudar a JSD por esta iniciativa, delineando, de seguida, as linhas orientadoras de uma social-democracia moderna, vertida no programa do PSD.

Nas suas palavras finais, o Presidente da CPN da JSD, situou o presente seminário no quadro global da revisão do programa do PSD.

«A JSD — afirmou — quer participar na revisão do programa do partido. Para tal iremos apresentar, dentro do prazo fixado pela CPN do PSD, o nosso contributo. Será um contributo virado para o futuro. De nada nos serve rever um programa partidário olhando o passado.»

Como afirmou, «a JSD nunca se coibiu de participar, nunca se eximiu das suas responsabilidades perante os jovens e perante o partido. Não seria agora que o iríamos fazer».

REGULAMENTAÇÃO DA LEI DAS AE's

PUBLICAMOS NA ÍNTEGRA O PROJECTO DE DECRETO-LEI REGULAMENTAR DA LEI 33/87 QUE O GOVERNO COLOCOU À DISCUSSÃO PÚBLICA

A Lei n.º 33/87, de Julho, veio atribuir às associações de estudantes do ensino superior e não superior um conjunto de direitos e regalias com vista à prossecução das actividades dos estudantes e defesa dos seus interesses.

A referida lei remete para regulamentação pelo Governo determinadas matérias, como sejam, o apoio à imprensa associativa, o exercício do direito a tempo de antena e os apoios técnicos, materiais e financeiros.

O apoio à imprensa associativa e o direito a tempo de antena obrigam a uma análise mais profunda de todas as implicações, o que, naturalmente, vai atrasar aquele processo legislativo.

Todavia, a feitura de legislação respeitante à concessão dos apoios técnicos, materiais e financeiros torna-se tarefa inadiável pela importância que os mesmos revestem no desenvolvimento da vida associativa.

o presente diploma vai neste sentido.

Dando cumprimento ao artigo 33.º da Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, o Governo decreta nos termos da alínea c) do n.º 1 artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

Objecto

O presente diploma regulamentará o exercício dos direitos das associações de

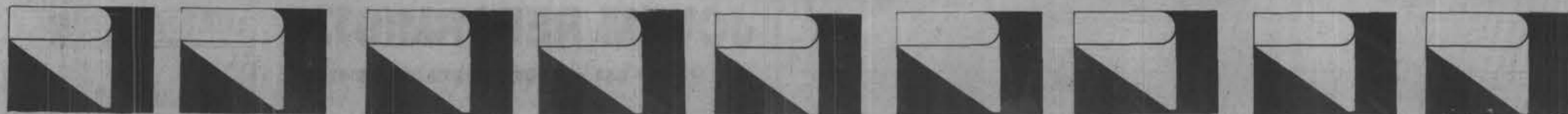
estudantes, adiante designadas por AAEE, nos termos em que as mesmas são definidas pelo n.º 4 do artigo 1.º da Lei n.º 33/87, de 11 de Julho.

ARTIGO 2.º

Apoio material e técnico

1 — O Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) é a entidade responsável pela concessão do

(Continua na página 9)



destaque

CADERNOS PARLAMENTARES

Por iniciativa do Deputado Nuno Silvestre, vai a JSD editar os cadernos Parlamentares sobre a actividade dos nossos Deputados, conforme o quadro em anexo:

NÚMERO	ASSUNTO
13	Moção de Confiança ao Governo, Presidido pelo Prof. Cavaco Silva
14	Lei Bases do Sistema Educativo
15	Moção de censura ao X Governo, presidido pelo Prof. Cavaco Silva
16	Extinção da Enfiteuse
17	Subsídio de Desemprego aos Jovens
18	Dia Mundial do Consumidor
19	Seleção de requerimentos e respostas
20	Direito de Associação de Jovens menores de 18 anos
21	Dia Nacional do Estudante
22	Interpelação ao Governo sobre Trabalho
23	Orçamento de Estado e Grandes Opções do Plano (1987)
24	Lei do Parlamento Europeu (Círculo Eleitoral dos Açores)
25	Cartão Jovem
26	Intervenções no Período Antes da Ordem do Dia
27	Exercício do direito de Associações de Estudantes na Madeira
28	Perguntas ao Governo
29	Programa do XI Governo, Presidido pelo Prof. Cavaco Silva
30	Sessão de Pesar pelo Falecimento do Deputado José Nuno Meireles
31	Estatuto da Imprensa Regional
32	Objectores de Consciência
33	Lei das Associações de Estudantes
34	Caso CEEATA/Eng. Carlos Pimenta



Em Vila Nova de Cerveira

CARNAVAL DO LARANJINHA

14 de Fevereiro de 1988

PROGRAMA

12 horas

Almoço no Restaurante Calisto
500 Setas Vila Verde — Reboreda

15 horas **Grande Festa na Discoteca Rock House**
200 Setas Veiga — Gondarém

Aliciantes prémios durante a Festa

Informações e Inscrições: Nas Sedes do PSD ou pelo Telef. 25297 (Rede de Viana) e para JOSÉ SENEA (95777/95212)
Organização da: Comissão Política Distrital da Juventude Social Democrática de Viana do Castelo.

APARECE!

Homenagem ao companheiro Adérito Campos

Jantar homenagem, dia 27 Fevereiro, salão nobre dos Bombeiros Voluntários Vale de Cambra.
Inscrições para: JSD/CPD — Rua José Estêvão 10-2.º — Aveiro ou pelo telefone 55 18154 (034) a cargo de Décio Cancela. Até ao dia 23.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

BRAGA

Realizou-se no passado dia 23 do corrente, uma reunião do Conselho Distrital de Braga da Juventude Social Democrática; entre outras questões, procedeu-se à eleição dos novos órgãos distritais da J.S.D.

Apresentou-se a sufrágio uma única lista que se assume como continuadora do trabalho e orientação política que têm vindo a nortear a prática política dos anteriores órgãos distritais. É a seguinte a constituição da nova *Comissão Política Distrital*:

Presidente: Jorge Alberto Soares Brandão de Carvalho.
Vice-presidentes: Inocêncio José Maciel Moura Peixoto, Joaquim Manuel Caldas de Amorim A. Vieira, Luís Artur Ribeiro Pereira.

Secretário Distrital: João Paulo Martins de Carvalho Macedo.

Vogais: José António Peixoto de Lima, Manuel Nunes Correia da Silva, Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho, Francisco José Marques da Silva, Aurélio dos Santos Ferreira, José Manuel Bezerra da Silva Barbosa e Luís Filipe Moreira de Lima.

Para a *Mesa do Conselho Distrital* foram eleitos:

Presidente: Miguel Macedo.
Vice-presidentes: Duarte Manuel Sabino da Costa e José Gabriel Pereira Mendes.

Secretários: António Luís de Magalhães Dourado e Joaquim Jorge Caldas Vieira.

O *Conselho de Jurisdição Distrital* passou a ter a seguinte constituição:

Presidente: António Joaquim Gonçalves Basto.
Vogais: Álvaro Joaquim da Costa Oliveira, Deolinda Ribas da Silva, Mário Ferreira Vilaça e Luís Eugénio Sá Saraiva Menezes.

No Conselho Distrital foi ainda aprovado por aclamação um voto de louvor aos militantes Manuel Ramos, quando ele completou o seu último mandato na JSD por ter atingido os 30 anos. O companheiro Manuel Ramos tinha vindo a desempenhar, ulimamente, as funções de Secretário Distrital cargo em que, como outros que desempenhou ao longo destes anos da JSD, exerceu uma acção de insuperável valor por todos reconhecida. Desta forma, pretendeu o Conselho Distrital prestar uma merecida homenagem ao Secretário Distrital.

LOURES

Foram eleitos a nova Comissão Política e os Conselheiros Distritais, em eleições realizadas no passado dia 23 de Janeiro.

Tendo a nova Comissão Política a seguinte constituição:
Presidente: Luís Murta.
Vice-presidente: Jorge Tomás.
Secretário: Sérgio Soares.

Vogais: Armando Militão, Lisete Pereira, Paulo Ferreira, Cristiano Esteves, José Andrade e João Moreira.

Suplentes: Armindo Marques e Carla Lino.
Tendo ainda sido eleitos os seguintes Conselheiros Distritais:
Efectivos: Jorge Tomás, Sérgio Soares, Lisete Pereira e João Galhardas.

Suplentes: Armando Militão, Carla Lino, Paulo Ferreira e Cristiano Esteves.

FÂNZERES

Em Plenário realizado no dia 10/Jan/88, foi eleita a C.P. do Núcleo da J.S.D. de Fânzeres.

A Comissão Política é composta pelos seguintes elementos:
Presidente: Fernando Paulo Ribeiro de Sousa.
Vice-presidente: Fernando Jorge da Silva Santos.
Tesoureiro: Rosa Maria Fontes Guimarães.
Secretária: Zulmira Maria Borges Magalhães.
1.º Vogal: Otilia Paula Moura de Castro.
2.º Vogal: Jorge Paulo Esteves P. Fitas.

CONVOCATÓRIAS

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Arouca, para reunir no próximo dia 4 de Dezembro, sexta-feira, com início às 20.30 horas na sede da Secção com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Votação das listas admitidas a sufrágio:
 - a) Mesa do Plenário
 - b) Comissão Política de Secção
 - c) Delegados ao Conselho Distrital

NOTA:

1. As eleições acima referidas realizam-se em «Urna Aberta» das 20.30 h. às 22.30 horas.

2. A aceitação das listas candidatas a sufrágio decorrem no dia 17 de Fevereiro das 16 h. às 18 horas, na sede Distrital, sita na Rua José Estêvão, 10-2.º — Aveiro.

O Presidente da CPD/JSD Aveiro
Jaime Milhomens

RIO TINTO

Ao abrigo dos estatutos, convocam-se todos os militantes da JSD do Núcleo de Rio Tinto para reunir em Plenário no próximo dia 20 de Fevereiro, pelas 21.30 h. com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Análise do pedido de demissão da Comissão Política

A Presidente da C.P.
Ana Paula Mendes

RIO TINTO II

Ao abrigo dos estatutos da JSD, convocam-se todos os militantes para reunir em Plenário no próximo dia 20 de Fevereiro, pelas 22.00 h. com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleições da C.P. do Núcleo

A entrega de listas deverá ser feita até 30 minutos antes do 1.º Plenário.

A Presidente da JSD do Núcleo
Ana Paula Mendes

VIANA DO CASTELO

Nos termos dos estatutos nacionais da Juventude Social Democrática, convoca-se o plenário da secção concelhia de Monção para o dia 13 de Fevereiro, às 14.30 horas, na sede concelhia do PSD com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. — Informações
2. — Eleição da Comissão Política da secção de Monção e delegados ao Conselho Distrital da Juventude Social Democrata.

Viana do Castelo, 88.1.18

Comissão Política Distrital de Viana do Castelo

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais convoco o Conselho Distrital da JSD da Santarém para reunir dia 27 de Fevereiro às 10.00 horas na sede do PSD de Santarém com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. — Movimento Associativo
2. — Preparação Eleições Autárquicas e Actividades da CPD.

P'la Mesa do Conselho Distrital JSD
O Presidente
Carlos Alberto Simões Rodrigues

destaque

FORMAÇÃO AUTÁRQUICA EM PORTALEGRE

Realizou-se uma acção de formação para jovens autarcas do Distrito de Portalegre, tendo sido abordados temas relacionados com os órgãos, competências e funcionamento das autarquias locais, as finanças locais e o poder local no âmbito da regionalização.

Foram oradores: António Rodrigues — director do GEN, Francisco Figueiredo — autarca membro da Assembleia Municipal de Leiria, e Júlio Trancoso — Presidente da Câmara Municipal de Trancoso.

FORMAÇÃO ASSOCIATIVA EM TORRES VEDRAS

Realizou-se em Torres Vedras uma acção de Formação para quadros do ensino secundário.

Abordadas, nesta iniciativa, questões relacionadas com a legalização das AE's e com a sua estrutura e funcionamento.

Foram oradores: António Rodrigues — Director do GEN e Manuel Duarte, Coordenador da Área de Juventude do IPSD.

O Laranja 1/1988

Dá mais vida à nossa terra.
Órgão oficial da JSD SOBRAL.

Editorial Índice

Impõe-se nesta 1ª edição do nosso jornal umas palavras da Comissão Política Concelhia que não pretendem ser uma justificação desta iniciativa, mas sim uma mensagem dirigida directamente aos nossos militantes e simpatizantes.

No desenvolver normal das suas actividades, a JSD sentiu necessidade de tomar mais conhecimento as suas actividades neste concelho, e simultaneamente arranjar um meio de chegar com mais intensidade junto dos seus militantes. Esta iniciativa sobre estes dois objectivos, garantindo algo mais, que para nós é essencial, o fortalecimento das relações de amizade, e convívio entre os militantes da JSD, facto que está sempre em primeiro plano em todo as nossas actividades.

Este jornal pretende demonstrar também que a JSD está viva neste concelho e na região Oeste. Contamos com apoios fora do concelho, mas sobretudo com o trabalho e vitalidade dos elementos da JSD Sobral, que daí já agradecemos dizendo - Res hajjes.

• Editorial Pág. 1
• Notician Pág. 2
• Artigos Pág. 3
- Um pequeno ensaio Pág. 4
 por: Duarte Pacheco
- Hilary Bradi: Um depoimento Pág. 5
 por: Anabela Silva
- "Organização" 8 anos depois Pág. 6
 por: João B. Gomes
- Os 10 mandamentos para... Pág. 7
Intervalo Pág. 8
- "Infância e a política" Pág. 9
- "Quêndex" Pág. 10
• Colaboração de:
 Leopoldo Ludovico
 M. João Martins
 D. Costa
 Carla Rijo
 João Pedro Alvi-

O LARANJA

«O Laranja» é o órgão oficial da JSD do Sobral. Editado pela respectiva Comissão Política concelhia, «O Laranja» pretende divulgar as actividades da JSD no Concelho, procurando fortalecer os laços de amizade que unem os seus militantes.

JOVEM reformista

REGULAMENTAÇÃO DA LEI DAS AE'S

(Continuação da página 9)

apoio a que se refere o artigo 9º da Lei 33/87, de 11 de Julho.

2 — As AAEE que pretendem beneficiar do apoio referido no número anterior deverão formalizar o seu pedido através do preenchimento de impresso próprio, cujo modelo se anexa a este diploma (Anexo 1).

3 — Os pedidos de apoio referidos no n.º 1 deverão ser apresentados junto dos serviços centrais ou regionais do FAOJ, devendo este responder no prazo de 15 dias.

ARTIGO 3º

(Apoio financeiro às AAEE do ensino não superior)

1 — A atribuição do apoio financeiro de carácter pontual concedido às AAEE do ensino não superior, com vista ao desenvolvimento das suas actividades de índole pedagógica, cultural, social e desportiva, é feita pelo gabinete do membro do Governo responsável pela área da Juventude.

2 — As AAEE deverão formalizar os seus pedidos até 30 dias antes do início da acção para que solicitem o financiamento, através do preenchimento de impresso próprio, cujo modelo se anexa a este diploma (Anexo 2).

3 — Os pedidos de apoio referidos no n.º 1 deverão ser apresentados junto do gabinete a que se refere o mesmo número ou dos serviços centrais ou regionais do FAOJ.

4 — A apreciação dos pedidos referidos no número anterior será feita caso a caso tendo em conta, nomeadamente, os seguintes critérios:

- a) Tipo de acção e seu enquadramento;
- b) Número de sócios da AAEE;
- c) Número de jovens abrangidos;
- d) Outras fontes de financiamento.

5 — As AAEE apoiadas obrigam-se a:

- a) Apresentar um relatório de actividades e contas, justificando a aplicação dos apoios concedidos, até 30 dias após a realização da acção;
- b) Aceitar a avaliação, por parte da entidade referida no n.º 1, das actividades e acções apoiadas financeiramente.

6 — Sempre que as AAEE não cumprirem com as obrigações referidas no número anterior ou quando sejam detectadas irregularidades na aplicação das verbas concedidas, nomeadamente a sua utilização para fins diferentes dos acorda-

ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES

- REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE ASSOCIAÇÃO
- MECANISMOS DE APOIO



Projecto de Decreto-Lei regulamentar da Lei das Associações de estudantes posto à discussão pública

dos, o apoio atribuído deverá cessar, não podendo beneficiar de posteriores concessões pelo prazo mínimo de um ano.

ARTIGO 4º

(Apoio financeiro anual às AAEE do ensino não superior)

O apoio referido no artigo 17º da Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, e referente ao ano lectivo de 87/88 será atribuído, às AAEE que cumprirem as formalidades previstas no artigo 6º da mesma lei até 31 de Março de 1988.

ARTIGO 5º

(Apoio financeiro às AAEE do ensino superior)

A atribuição dos subsídios a que se referem os artigos 26º e 27º, da Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, bem como a divulgação a que se refere o n.º 2 do artigo 27º, são feitas pelo membro do Governo responsável pela área da juventude.

ARTIGO 6º

(Subsídio anual ordinário)

1 — As AAEE que pretendam o subsídio a que se refere o artigo 26º da Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, deverão formalizar o seu pedido através do preenchimento de impresso próprio, cujo modelo se anexa a este diploma (Anexo 3).

2 — As AAEE apoiadas obrigam-se a apresentar, até 31 de Julho, o relatório de actividades e contas, justificando a aplicação dos subsídios concedidos durante o ano lectivo em curso.

ARTIGO 7º

(Subsídios extraordinários)

1 — As AAEE que pretendam os subsídios a que se refere o artigo 27º da Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, deverão formalizar o seu pedido através do preenchimento de impresso próprio, cujo modelo se anexa a este diploma (Anexo 2), acompanhado do projecto devidamente fundamentado e orçamentado, com a antecedência mínima de 30 dias, devendo a entidade responsável pela concessão do subsídio responder no prazo de um mês.

2 — A entidade referida no artigo 5º poderá, ainda, conceder subsídios extraordinários para planos de reestruturação, devendo as AAEE fundamentar devidamente o seu pedido ao qual deverá ser dada resposta no prazo de 60 dias.

3 — Os pedidos referidos nos n.ºs 1 e 2 serão apreciados tendo em conta, nomeadamente, os seguintes critérios:

- a) Tipo de projecto, actividade ou plano;
- b) Número de sócios da AAEE;
- c) Número de jovens abrangidos;

d) Outras fontes de financiamento.

4 — As AAEE apoiadas obrigam-se a:

- a) Apresentar o relatório de actividades e contas do qual conste a informação necessária à avaliação dos projectos, actividades e planos justificando a aplicação do subsídio concedido, até 30 dias após a sua realização;
- b) Fornecer à entidade responsável pela concessão dos apoios referidos nos n.ºs 1 e 2, os elementos necessários para uma avaliação dos projectos e planos apoiados.

5 — Sempre que as AAEE apoiadas não cumprirem com as obrigações referidas no número anterior ou quando sejam detectadas irregularidades na aplicação das verbas concedidas, nomeadamente a sua utilização para fins diferentes dos acordados, o apoio prestado deverá cessar, não sendo atribuídos posteriores subsídios por um prazo mínimo de um ano.

ARTIGO 8º

(Trabalhadores estudantes)

As disposições previstas no presente diploma aplicam-se, com as devidas adaptações, aos trabalhadores estudantes que se organizarem de acordo com o disposto no artigo 29º da Lei n.º 33/87, de 11 de Julho.

(Continua na página 10)



destaque

REGULAMENTAÇÃO DA LEI DAS A.E.'s

(Continuação da página 9)

ANEXO 1 NÚMERO DE ENTRADA _____

APOIO MATERIAL E TÉCNICO ÀS A.A.E.E.

I - DENOMINAÇÃO E SEDE

1. Denominação: _____

2. Sede: _____

3. Código Postal _____ 4. Telefone _____

5. Freguesia _____ 6. Concelho _____

7. Distrito _____

II - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO EQUIPAMENTO

1. Nome _____

2. Morada _____

3. Código Postal _____ 4. Telefone _____

5. Freguesia _____ 6. Concelho _____

7. Distrito _____

III - GENERALIDADES

1. Nº de alunos do estabelecimento de ensino? _____

2. Nº de sócios da associação? _____

3. Existem representantes dos alunos no C. Directivo? Sim
 Não

IV - APOIO MATERIAL E TÉCNICO

1. Tipo de actividade que se pretende realizar? _____

2. Tipo de apoio material Cedência de material e equipamento

3. Tipo de apoio técnico Informação/documentação/bibliografia
 Consultadoria jurídica
 Animação sócio-cultural
 Formação

4. Descrição do pedido de apoio: _____

5. Qual o objectivo? _____

6. Nº de pessoas abrangidas pela actividade? _____

7. Solicitaram apoio a outras entidades? _____ Quais? _____

8. Que tipo de apoio obtiveram? _____

9. Outros elementos: _____

Nota: Poderá ser entregue com o presente anexo, documentação que fundamente e explicita o pedido de apoio.

O RESPONSÁVEL PELA ASSOCIAÇÃO

(Nome Completo)

ANEXO 2 NÚMERO DE ENTRADA _____

SUBSIDIO EXTRAORDINARIO ÀS A.A.E.E.

I - DENOMINAÇÃO E SEDE

1. Denominação: _____

2. Sede: _____

3. Código Postal _____ 4. Telefone _____

5. Freguesia _____ 6. Concelho _____

7. Distrito _____

II - GENERALIDADES

1. Nº de alunos do estabelecimento de ensino? _____

2. Nº de sócios? _____

3. Existem representantes dos alunos no C. Directivo? SIM
 NÃO

III - APOIO FINANCEIRO

1. Para que tipo de actividades pedem apoio? Indole pedagógica
 cultural
 social
 desportiva
 outras

2. Descrição sumária da actividade: _____

3. Qual o montante do apoio financeiro solicitado? _____

4. Nº de pessoas abrangidas pela actividade? _____

5. Previsão dos custos da actividade:

Receitas _____	Despesas _____
_____	_____
_____	_____
TOTAL _____	TOTAL _____

6. Subsídios de outras entidades:

Montante	Entidade
1. _____	_____
2. _____	_____
3. _____	_____
4. _____	_____

7. Outros elementos: _____

Nota: Poderá ser entregue com o presente anexo, documentação que fundamente e explicita o pedido de apoio.

O RESPONSÁVEL PELA ASSOCIAÇÃO

(Nome Completo)

ANEXO 3 NÚMERO DE ENTRADA _____

SUBSIDIO ANUAL ORDINARIO ÀS A.A.E.E. DO ENSINO SUPERIOR

I - DENOMINAÇÃO E SEDE

1. Denominação: _____

2. Sede: _____

3. Código Postal _____ 4. Telefone _____

5. Freguesia _____ 6. Concelho _____

7. Distrito _____

II - GENERALIDADES

1. Nº de alunos do estabelecimento de ensino? _____

2. Nº de sócios da associação? _____

3. Qual a participação dos alunos nos órgãos de gestão?

C. Directivo	C. Pedagógico	A. Representantes
_____	_____	_____
_____	_____	_____

4. Observações: _____

5. A Associação está organizada em secções? _____
Quantas? _____ Qual a distribuição dos alunos pelas mesmas? _____

6. Outros elementos: _____

Nota: Poderá ser entregue com o presente anexo, documentação que fundamente e explicita o pedido de apoio.

O RESPONSÁVEL PELA ASSOCIAÇÃO

(Nome Completo)

Crédito mais barato

Cadilhe anunciou baixa de 0,5% nas taxas de juro

O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, anunciou na passada sexta-feira, em conferência de Imprensa, uma baixa de meio ponto nas taxas de juro dos depósitos a prazo e dos empréstimos, que entraram imediatamente em vigor.

DESTE modo, a taxa de juro máxima para as operações activas (empréstimos) baixou de 18,5 para 18 por cento e a taxa mínima para depósitos a prazo superiores a 180 dias desceu de 14 para 13,5 por cento. Recorde-se que o Governo apenas fixa a taxa máxima para os empréstimos bancários e a taxa mínima dos depósitos a prazo.

Segundo Miguel Cadilhe, que se encontrava acompanhado pelos secretários de Estado do Orçamento, Rui Carp, dos assuntos Fiscais, Oliveira e Costa, e do Tesouro, Carvalho Fernandes, além de diversos directores-gerais, a decisão do Governo em baixar as taxas de juro «é um grãozinho» para a melhoria do investimento e, futuramente, a política do Executivo continuará a privilegiar a prudência, optando

pelo «grão a grão», mesmo nas descidas das taxas de juro.

O ministro das Finanças disse ainda que esta medida governamental visava neutralizar os efeitos do agravamento em 50 por cento do imposto de selo que está previsto no Orçamento do Estado para este ano.

Miguel Cadilhe, na ocasião, abordou ainda diversos aspectos relacionados com o OE para 1988, justificando que tinham sido divulgadas «incorrecções» pela Comunicação Social.

Neste sentido, o titular das Finanças salientou que a política económica deve chegar aos agentes económicos sem distorções e que o Governo considera vital que assim seja. Por isso, o Governo desde o início propôs-se a determinar objectivos com alcance para

vários anos, ou seja, traçou metas.

«No entanto — salientou Cadilhe —, ultimamente o Governo tem tido dificuldade em transmitir as suas intenções e a sua gestão da política económica». Mais adiante, o ministro referiu-se a «bloqueamentos à circulação de informações» e falou, mesmo de divulgação de notícias «erróneas», o que terá motivado e seria mesmo uma causa importante do encontro que marcara com os órgãos de Comunicação Social para aquele dia. Nesse sentido, Cadilhe «agendou» diversos exemplos que foram outros tantos temas da exposição que fez aos jornalistas presentes.

Assim, Miguel Cadilhe abordou o propalado agravamento fiscal para 1988, a consideração de que o Orçamento para 1988 é de contracção, a tributação das gorjetas e a execução do Orçamento em 1987.

Relativamente ao primeiro ponto, o ministro abordou a posição dos vários impostos e concluiu que apenas se parou o desagregamento de alguns impostos (veja-se mais informação adiante); sobre as gorjetas referiu que se não trata de tributar o irrisório (a

moeda para o taxista ou para a porteira) e sobre a execução do OE de 1987 referiu que o défice executivo ficou contido dentro do orçamentado. Salientou ainda que sobre o OE para este ano há quem faça lapsos nas leituras sobre o montante do défice previsto mas que este vai ficar dentro do previsto e não serão precisos orçamentos suplementares, tal como no ano passado.

IVA não agrava o custo dos bens essenciais

No domínio da fiscalidade, Cadilhe criticou a ideia de que possa haver um «sensível agravamento em 1988». Neste sentido, o ministro abordou a tributação do IVA — Imposto sobre o Valor Acrescentado, e mostrou que o agravamento em um por cento da sua taxa normal (que passou de 16 para 17 por cento e nalguns casos especiais para 30 por cento) não deixa de ser irrisório, tanto mais que aquele agravamento só incidirá sobre 24 por cento do total dos bens tributados pelo imposto.

Relativamente ao Imposto Complementar, Cadilhe sublinhou que há «ligeiríssimo agravamento nos altos rendimentos» ao mesmo tempo que os outros impostos não sofrerão qualquer aumento.

Sobre o Imposto Profissional, referiu ainda que ele tem mantido desagregamento desde 1986, o que é notório por nunca se ter verificado tal sucessão.

Desde modo, Cadilhe salientou, em conclusão, que «depois de uma trajetória de desagregamento seguida em 1986 e 1987, verifica-se este ano uma paragem nesse movimento».

Em resumo, o ministro das Finanças mostrou-se confiante e garantiu que o crescimento económico de Portugal vai prosseguir seguro, que a modernização vai continuar e o emprego a crescer.

SITUAÇÃO FISCAL EM 1988

IMPOSTOS	DESAGRAVAMENTO	MANUTENÇÃO	AGRAVAMENTO
Profissional		X	
Complementar			Ligeiríssimo e só perceptível para rendimentos mais elevados (ver exemplos)
Capitais		X	
Selo			X
Cont. Industrial		X	
Extraordinário sobre Lucros		X*	
Sucessões e Doações		X	
Predial		X	
Sisa		X	
Mais-Valias		X	
Tabacos			X*
I S P		X (Depende dos custos e dos preços)	
Selo dos veículos		X (Actualização dos valores absolutos)	
Bebidas alcoólicas			X*
IVA - bens essenciais (maioria do consumo: 76% do total)		X (v. quad. 1.º H)	
IVA - bens não essenciais (minoria do consumo: 24% do total)			X (Taxa 16% → 17%)

* É autorização legislativa. Carece de DL do Governo.



O ministro dirigindo-se aos jornalistas durante a Conferência de Imprensa

CEE indemniza pescadores

A CEE vai indemnizar os pescadores portugueses afectados pela suspensão de actividades ao largo da costa marroquina desde o dia 1 Janeiro. Neste sentido, a Comissão Europeia propôs uma «indemnização de espera» a favor dos 10 mil pescadores portugueses e espanhóis e dos 700 navios afectados.

Se a indemnização for aprovada, a CEE indemnizará até um montante máximo de 3 milhões de ECU's os pescadores atingidos da Península Ibérica, não obstante já estarem a decorrer as negociações entre a Comunidade e Marrocos para uma renegociação do caducado acordo de pescas.

Banco de Portugal esclarece domiciliação bancária

O regime de domiciliação bancária das transacções comerciais tem vindo, nos últimos dias, a ser alvo de algumas dúvidas e mesmo interpretações incorrectas. Ciente deste assunto, o Banco de Portugal decidiu emitir sobre o assunto o comunicado que a seguir transcrevemos:

«A domiciliação bancária constitui uma formalidade de natureza estritamente cambial, não impeditiva do desalfandegamento. Não se trata, portanto, de formalidades administrativas ou aduaneiras cujo incumprimento possa impedir o desalfandegamento.

«A não apresentação do documento de domiciliação bancária não pode constituir impedimento ao desalfandegamento, embora o agente deva providenciar no sentido de fazer a domiciliação antes do desalfandegamento ou de quaisquer liquidações, para efeitos de controlo cambial destas últimas.

«A aplicação deste regime de controlo cambial resulta do direito de qualquer Estado defender os interesses inerentes à sua soberania, direito que a própria Comunidade Europeia reconhece ao conceder às autoridades nacionais poderes para verificar a natureza e a realidade das transacções e das transferências cambiais delas resultantes».

FEDER: primeiros projectos já seguiram para Bruxelas

O primeiro pacote de projectos a ser financiado pelo FEDER em 1988 acaba de ser entregue em Bruxelas para apreciação e aprovação, revelou quarta-feira a secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Isabel Mota.

Segundo a Secretaria de Estado do Planeamento, Portugal poderá receber, durante este ano, auxílios superiores aos concedidos pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional durante o ano passado. Recorde-se que, conforme «Povo Livre» salientou na última edição, o FEDER atribuiu ao nosso País, no ano transacto, cerca de 65 milhões de contos.

O primeiro pacote de projectos de investimentos apresentados a Bruxelas pela administração central, local e

ainda Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, abrange os sectores da educação, transportes, telecomunicações e hidráulica, referiu Isabel Mota.

A secretária de Estado disse ainda, na mesma ocasião, que para este ano se espera «uma maior ajuda comunitária», tanto mais que «pela primeira vez o FEDER vai co-financiar os agentes económicos privados, no âmbito do PNIC, STAR e Valoren». Por outro lado, salientou Isabel Mota, «as candidaturas para apoios do FEDER a infra-estruturas apresentam dossiers bem instruídos».

Maiores verbas foram para os transportes

Relativamente ao total dos auxílios concedidos pelo

FEDER no ano passado, o grosso da fatia coube ao sector dos transportes. As suas infra-estruturas foram beneficiadas como 28,3 milhões de contos. O outro sector que em 1987 recebeu elevados benefícios foi o das infra-estruturas hidráulicas a que couberam cerca de 15 milhões de contos.

Ainda relativamente à finalidade das verbas do FEDER/87, os outros sectores apoiados foram a energia, saúde, educação e actividades produtivas que receberam, respectivamente, 13,2, 4,9, 4,2 e 3,7 por cento do total financiado.

No que se refere às entidades proponentes, as empresas públicas receberam 18,9 milhões de contos, ou seja, 32 por cento do volume global das verbas cedidas pelo Fundo.

Saliente-se ainda que, segundo dados fornecidos pela Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, o total dos compromissos aprovados pelo FEDER em 1986 e 1987 totalizaram 122 milhões de contos dos quais couberam à Administração Central 35,7 milhões (30,6 por cento), às empresas públicas 35,4 milhões (30,2 por cento), às autarquias locais 29,2 milhões (25 por cento) e às regiões autónomas 16,7 milhões (14,2 por cento).

Relativamente aos dois anos em causa, o sector dos transportes absorveu 49,2 por cento do total, a hidráulica ficou com 21,4 por cento e a energia 18,9 por cento. Aos sectores da educação e saúde restaram, respectivamente, 4,2 e 2,5 por cento do total das contribuições do FEDER em 1986 e 1987.

Lei Orgânica da Assembleia da República fiel ao eleitorado e à Nação

Os partidos da oposição deram, na passada quinta-feira, um mau exemplo de sentido democrático ao abandonarem o plenário para que não se pudesse votar, na generalidade, os dois projectos de Lei Orgânica da Assembleia da República, um da iniciativa do PSD, outro dos grupos parlamentares da oposição em conjunto. Os pontos de discordância entre os dois diplomas foram analisados e confrontados pelo deputado Silva Marques durante uma intervenção que só por si basta para se ter uma ideia da matéria em todos os seus aspectos essenciais e das suas implicações políticas e práticas da organização do Parlamento.

Silva Marques situou sumariamente a questão e passou imediatamente a desmontar todos os argumentos avançados pela oposição:

Com o projecto do PSD de Lei Orgânica da Assembleia da República já agendado, a oposição apresentou a correr o seu próprio projecto. Formulando uma acusação bombástica: O PSD teria inviabilizado uma lei de consenso.

Acusação surpreendente da parte de democratas. Da mitificação do consenso à consideração de que as diferenças de opção político-partidárias são inúteis ou mesmo inconvenientes vai um salto de pulga.

De facto confessamo-lo o PSD recusou o consenso, isto é, os pontos de vista da oposição. O que significa que esta cometeu não menor pecado, pois não aceitou os pontos de vista do PSD.

É triste ver a oposição socorrer-se da função pseudo-democrática, em vez de assumir com clareza os seus pontos de vista. É de clareza que a democracia vive e se fortalece e não de fumaça demagógica.

Verifiquemos, pois, os pontos de divergência. Não foram muitos.

Porque a oposição queria um conselho de administração da Assembleia da República com mais poderes face ao presidente, e o PSD concordou e concorda.

Quanto a composição do conselho de administração a nossa proposta visou dar satisfação a pretensão de nele serem representados todos os grupos parlamentares, pelo que não compreendem que venham agora com uma proposta, embora da mesma natureza, diferente mas para pior. Isso faz-nos pensar em regressar à nossa proposta original de uma composição por eleição através do método proporcional, que aliás, tão caro é à oposição e que constitui a regra numa boa parte dos países democráticos.

De qualquer modo, nós estamos abertos para umas das várias hipóteses possíveis, desde que não seja afectado o essencial: isto é, desde que se evitem os impasses ou as obstruções e não seja possível por jogos de circunstância alterar o conteúdo do poder político legitimamente definido em eleições.

O que nós não podemos aceitar, é que sendo nós maioria, os senhores governem ou até desgovernem o Parlamento, assacando-nos então e com razão, o eleitorado a responsabilidade por isso.

E não foram muitos ainda os pontos de divergência porque, por exemplo, a oposição queria reforçar os meios de apoio técnico aos deputados, comissões e plenário, e nós concordamos, porque era esse também precisamente e desde sempre o nosso ponto de vista.

Sabem qual é afinal a grande divergência que impediu o consenso? Uma divergência muito pequena. Ou muito grande, conforme a óptica: O PSD quer extinguir os agrupamentos parlamentares (no caso concreto, é apenas um), porque os considera nocivos a uma fiel ligação do Parlamento com a Nação.

E o PSD quer ainda reduzir um pouco, minimamente, o excesso de pessoal dos gabinetes dos grupos parlamentares de pequena ou pequeníssima dimensão, porque o actual excesso constitui um verdadeiro escândalo, um grosseiro atentado ao mais elementar sentido de justiça e de proporcionalidade.

Bem, e a oposição quer o contrário: Quer manter os agrupamentos parlamentares, pouco se importando com o facto de o Parlamento surgir aos olhos do eleitorado como uma espécie de caixa de ilusionista de onde saem formações e actores políticos que não se expuseram clara e directamente ao juízo do sufrágio eleitoral.

E a oposição quer ainda manter um escândalo primário e grosseiro que é o de os grupos parlamentares terem tanto mais pessoal quanto menores forem.

Nós privilegiamos a transparência do Parlamento e a sua ligação política ao eleitorado e à Nação; A oposição privilegia os jogos malabares da política e do parlamentarismo.

Nós privilegiamos uma ponderada distribuição dos meios postos ao serviço dos grupos parlamentares, e a oposição privilegia a defesa e conservação de vícios de funcionamento inaceitáveis e no fim de contas prejudiciais ao conjunto dos deputados e ao Parlamento.

Afinal, quem está de facto a trabalhar seriamente para consolidar a democracia?

Profundas e inabaláveis convicções

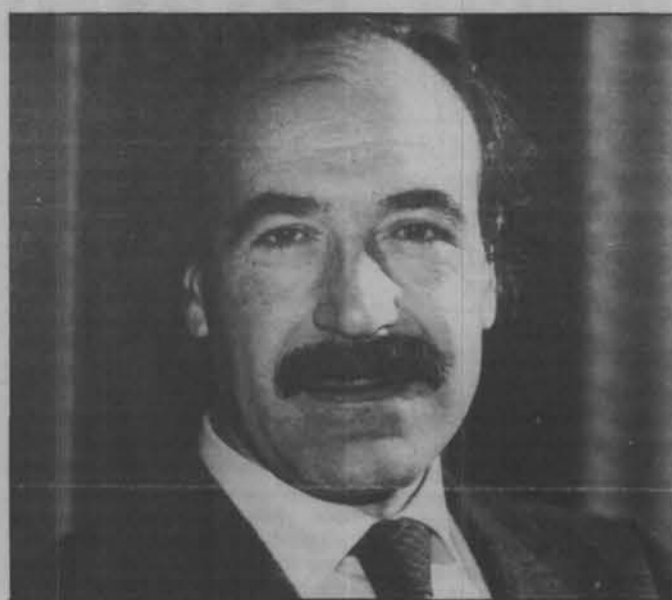
Nós não enchemos a boca de juras à sagrada liberdade prosseguiu Silva Marques, de hinos às amplas liberdades cunhalistas, de atestados de virtudes cívicas dos socialistas, nem nos persignamos com água benta antes de assinarmos o livro de presenças ao entrarmos no Parlamento ou na política como fazem os freitistas, porque defendemos a separação da Igreja e do Estado, mas as nossas profundas e inabaláveis convicções levam-nos a, com factos, com actos e com uma linha política, expressão de um projecto para o País claro e coerente, trabalhar para garantirmos aos portugueses um futuro verdadeiramente livre, próspero e justo.

Mas a oposição no seu projecto de lei, em dificuldades para marcar diferenças relativamente ao projecto do PSD, que seguiu em cópia tão aproximada que por vezes é mera fotocópia, acabou por envolver pelo pior lado.

Em vez de acentuar a tecnicidade dos meios da Assembleia da República, acentua o pendor burocrático (nós propomos mais 8 divisões, a oposição mais 12); em vez de aligeirar as estruturas, tende para as tornar mastodónticas (alargando o quadro de pessoal desnecessariamente e sobretudo criando unidades de mais do que duvidosa utilidade em consequência da duplicação de funções, como é o caso da proposta direcção de serviços de organização e informática — para nós basta a informática); a oposição vai mesmo ao ponto de rejeitar uma boa ideia do PS em tempos apresentada como projecto de lei e que o PSD acolheu por inteiro: a criação de um gabinete de estudos parlamentares, altamente especializado, dedicado a um trabalho de investigação de base (para além de um gabinete de apoio técnico virado especificamente para os processos em curso nas comissões), o qual deverá funcionar na dependência do Presidente da Assembleia da República em articulação com os presidentes das comissões (o referido projecto do PS colocava-o na dependência da mesa — agora a oposição enreda-o nas malhas do tecido burocrático do Parlamento) — de toda a evidência o PS novo faria melhor se aproveitasse mais as ideias do PS velho.

O mesmo se passa quanto à assembleia jurídica, um serviço altamente especializado e de importância vital para a qualidade e segurança da produção legislativa. Nós queremos despojá-lo de qualquer enleio burocrático, colocando-o também na dependência directa do Presidente da Assembleia; a oposição tende para a sua burocratização.

Este mesmo espírito burocrático levou a oposição a insistir denodadamente com uma proposta aparentemente atraente, mas que nós consideramos errada e nociva no contexto actual do funcionamento do nosso sistema político. Trata-se da proposta e pretendida



Silva Marques — Os partidos da oposição deram um mau exemplo

criação de delegação da Assembleia da República nas capitais dos distritos.

Nós não concordamos. E dizêmo-lo desasombradamente. A proposta adquiriria outra aceitabilidade se a oposição se juntasse a nós, isso sim, para antes melhorarmos os mecanismos do sistema eleitoral no sentido de aproximar os deputados do eleitorado, corrigindo os graves inconvenientes do sistema da proporcionalidade baseado em círculos excessivamente grandes.

A oposição comporta-se aqui como aquele novo rico que compra uns pneus de Fórmula 1 para montar num Citroën 2 cavalos: O carro não rolará melhor, pelo contrário, ficará com peso a mais e velocidade a menos.

e nós não queremos, em nome do prestígio e da credibilidade do regime democrático, agravar ainda mais os já enormes vícios e pesos mortos do nosso sistema político.

Aliás, é o mesmo espírito de modernização, e desburocratização, de redução dos vícios de funcionamento do nosso sistema político e das suas instituições que nos leva a pretender introduzir outras alterações com vista a politizar o que por definição é e deve ser político e partidário e a despolitizar e despartidarizar o que deve estar salvaguardado das conjunturas e flutuações das maiorias eleitorais (como se vê, não partimos da ideia que ficaremos eternamente no poder).

Por exemplo, acentuamos a ideia de que os funcionários parlamentares devem constituir um corpo próprio com certas regalias, mas com especiais exigências de habilitações, profissionalização e dedicação; A oposição recusa esta ideia, o que nos parece errado, inclinando-se para tomar os funcionários parlamentares como simples parcela do mar imenso e difuso do funcionalismo público.

Ao mesmo tempo a oposição quer a nomeação do pessoal dirigente por concurso, rejeitando a ideia de que o poder político é feito para ser exercido e que deve ter ao seu dispor os meios próprios para o efeito.

Nós pretendemos pôr termo à passagem do pessoal excedentário dos grupos parlamentares para o quadro supra-numerário da Assembleia da República, porque isso viria a

médio prazo a destruir completamente a solidez técnica e administrativa do suporte de funcionamento do Parlamento; mas a oposição aceitará com júbilo a continuação do actual estado de coisas.

Nós pretendemos responsabilizar os grupos parlamentares pela gestão dos seus consumos em bens, equipamentos e comunicações, introduzindo ao mesmo tempo a proporcionalidade na respectiva dotação orçamental colocada à sua disposição para o efeito.

Alargamos, aliás, a mesma ideia à utilização pelos grupos parlamentares de pessoal auxiliar.

Dois ópticas distintas

Enfim, são de facto duas ópticas distintas, a nossa e a da oposição: E não temos qualquer receio de as expor ao País. Bem pelo contrário. Já ouvi ameaças de acções espetaculares para denunciar o projecto do PSD. Espero bem que elas se concretizem, pois estamos muito necessitados de publicidade gratuita. Os nossos meios financeiros não são grandes e não gostamos de deixar calotes por pagar e ainda menos costumamos responsabili-

zar pelos mesmos os nossos amigos.

Elaboramos o nosso projecto com base em trabalho anteriormente realizado por outros deputados, que nos foi precioso, com base também na auscultação de diversas pessoas que em consequência da sua formação ou funções nos transmitiram opiniões e experiência imprescindíveis, e com base ainda — e é com admiração e gratidão cívica que o sublinhamos — em trabalhos e opiniões elaborados noutros momentos ou no decurso deste processo pelos diversos representantes do pessoal parlamentar.

A razoabilidade, a inteligência, a elevação moral e cívica, o sentido de justiça mas também de serviço público das suas ideias, foi indiscutivelmente a melhor forma não só de contribuir para o prestígio do Parlamento, pedra angular do Portugal democrático que desejamos, mas também para a defesa dos interesses específicos dos trabalhadores.

Que ninguém se esqueça, que ninguém se iluda: a demagogia barata e grosseira — e algumas vezes ela apareceu, embora estritamente isolada em casos puramente pontuais, e aparece sobretudo nalguns pontos do projecto da oposição — não serve a ninguém e muito menos e desde logo aqueles em nome dos quais ela é tantas vezes despidoradamente brandida.

O nosso projecto não é perfeito. Na especialidade estaremos abertos a considerar aperfeiçoamentos que nos proponham. Nós próprios temos alguns a introduzir. Desde que eles venham contribuir para tornar ainda mais fortes os valores que guiaram a nossa proposta: o prestígio do Parlamento; a sua transparência e fidelidade ao eleitorado e a Nação; a sua desburocratização e eficácia; a justiça relativamente aos que nele trabalham, porque nós queremos de facto um Portugal livre, consolidado nas suas instituições democráticas, um Portugal socialmente solidário e justo, capaz de responder aos desafios da modernização e do progresso.

Provedor de Justiça do indivíduo à Justiça

O Plenário apreciou e aprovou, com aplauso, o relatório do Provedor de Justiça relativo a 1985, aproveitando a oportunidade para evidenciar o papel relevante desempenhado por uma instituição através da qual, num Estado do Direito, «se tomam os direitos a sério», como disse a deputada social-democrata Maria da Assunção Esteves.

«A apreciação do relatório do Provedor de Justiça, de 1985 pela Assembleia da República, põe uma vez mais em evidência o papel essencial dos direitos individuais numa sociedade democrática como é a nossa, afirmou Assunção Esteves.

«É que se ao órgão legisla-

tivo corresponde um esquema de representação que já em si traduz o consentimento dos destinatários das leis, pois que assenta na matriz legitimatória da tomada de decisão maioritária, incumbe ao Provedor de Justiça a tarefa constitucional de contribuir para a ideia de que a Democracia tem no respeito dos direitos fundamentais o outro vector da sua legitimidade e que o Estado de Direito só o é, quando, como diz Dworkin, se «tomam os direitos a sério».

Apesar de não poder emitir decisões vinculativas, o Provedor de Justiça desenvolve uma função não meramente emblemática de defesa dos direitos dos cidadãos:

Em primeiro lugar, porque

Racionalidade e reforma do sector empresarial do Estado compõem alienação de participações

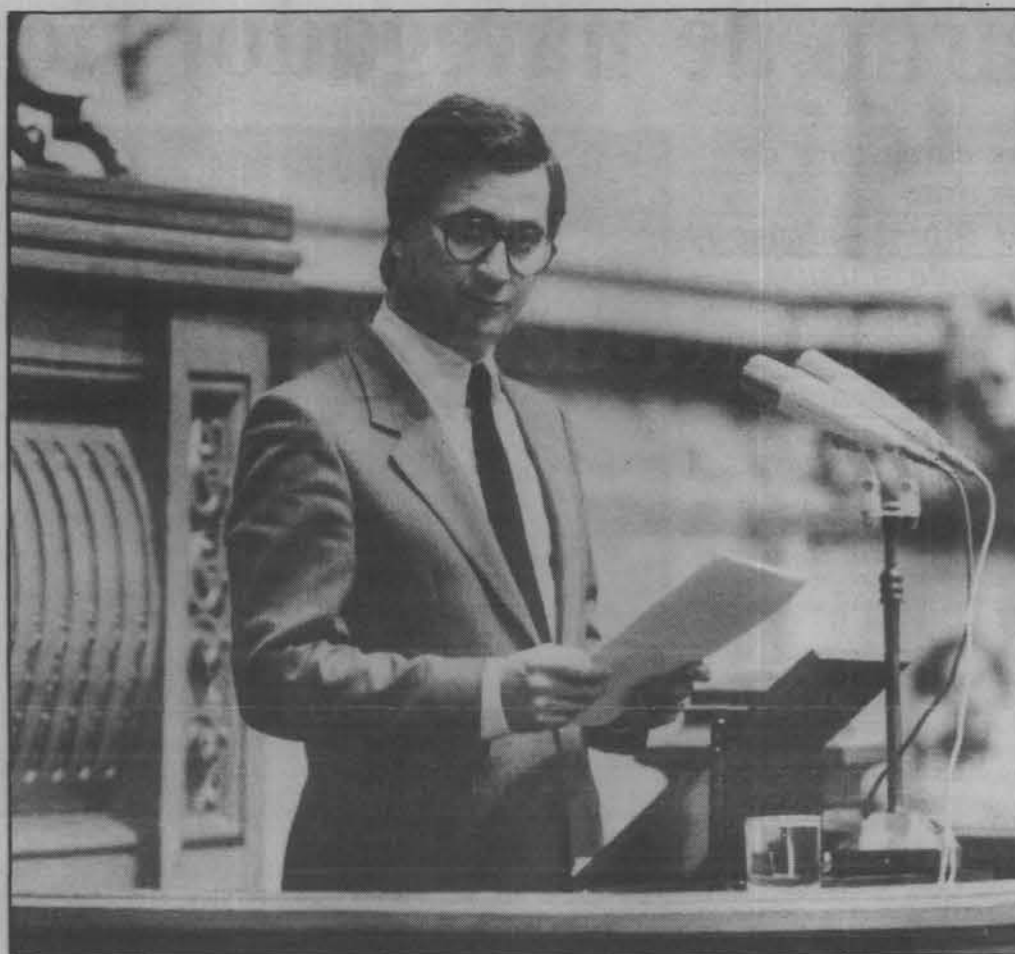
A racionalidade empresarial e a reforma do sector público são duas das razões que levaram o Governo, no cumprimento do seu Programa, a apresentar na Assembleia da República uma proposta de revisão do regime de alienação de participações do sector público, como afirmou no plenário o ministro das Finanças. «É uma revisão que se impunha face às realidades actuais», disse o deputado social-democrata Guido Rodrigues. «Não podemos esquecer, adiantou Guido Rodrigues, que a grande maioria das participações do sector público resultaram directamente das nacionalizações de 1975 e, nos anos entretanto decorridos, a clara manifestação do povo português em numerosas eleições demonstrou à saciedade o apoio inequívoco àqueles que defendiam e se propunham implementar no País uma política que considerava e contava com a iniciativa privada como principal força motora do desenvolvimento económico, técnico e tecnológico da Nação».

MIGUEL Cadilhe, numa linguagem puramente técnica, expôs aos deputados as razões que levaram o Governo a tomar a iniciativa e o modo como se vai desenvolver o processo das alienações das participações do Estado.

«A primeira razão (a que levou a iniciar o processo com uma proposta levada à Assembleia da República), tem a ver, disse, com a transparência e, se possível, com o consenso sobre uma matéria que é, aliás, concorrencial entre os dois órgãos de soberania. De facto, o Governo poderia legislar sobre esta matéria por simples decreto-lei, como já o fez, mas entendemos que seria preferível trazer uma proposta

de lei à Assembleia da República. Aliás isso consta do Programa do Governo. Procuramos, desta forma, criar um quadro único em que se faça a revisão e a condensação de todo o quadro anterior, revogando-se o Decreto-Lei 322/79, o D.L. 148/87, a Lei 26/87 e a Lei 27/87, bem como diversas portarias que desde 1982 vêm regulando a matéria.

A segunda ordem de razões tem a ver com a racionalidade empresarial. De facto, a lógica patrimonial de uma empresa conduz a que os activos não afectos à exploração, ou só longinquamente a ela afectos, possam e devam ser alienados quando as condições de mercado e as necessidades de ex-



Miguel Cadilhe — As regras fundamentais estão claramente definidas

ploração da empresa assim o determinem.

Há também uma regra primária fundamental na vida de uma empresa — estou a referir-me, obviamente, às empresas particulares — que é a de desinvestir para reinvestir ou sanear o essencial. Ou seja, desinvestir o acessório para melhorar o essencial que faz parte do objecto de exploração da empresa participante. Refiro, ainda, dentro destas razões de ordem empresarial, os princípios de autonomia de gestão, que têm a ver com a suavidade de decisão, o aproveitamento das oportunidades, a liberdade negocial e, afinal de contas, com a própria responsabilidade da administração da empresa participante ou da entidade do sector público que detenha as participações.

Ponderação e diálogo

A terceira ordem de razões, continuou Miguel Cadilhe tem a ver com a reforma do sector empresarial do Estado, conforme consta do Programa do Governo. Esta reforma tem de ser profunda e o Governo vai fazê-la sem hesitações mas com a ponderação e o diálogo que são exigidos pela importância económica, financeira e política do sector. O Programa do Governo refere ainda que esta proposta de lei distinguirá regimes da alienação para as participações minoritárias e maioritárias. Quanto às primeiras, as minoritárias, o regime regra será o da liberdade negocial. A isso se refere o art. 3.º da proposta de lei que inclui a negociação particular como uma das formas possíveis de alienação destas participações minoritárias.

Mas, prosseguindo com o Programa do Governo, quanto às participações maioritárias exigir-se-ia, aqui, que a venda se faça pelos mecanismos institucionalizados do mercado de capitais sempre que a dimensão de participação o justificar. A isto refere o art. 4.º da proposta de lei quando considera que as alienações das participações maioritárias em empresas com situação líquida acima de meio milhão de contos devem ser sempre feitas por concurso público ou transacção em Bolsa.

Prosseguindo com o Programa do Governo, este refere ainda que «a alienação de participações tem de ser considerada, em geral, como acto natural de administração das empresas participantes. Outra coisa seria os princípios da boa gestão patrimonial, de responsabilidade e de autonomia de gestão das empresas públicas e entidades equiparadas. Haverá situações em que a redução da presença do sector público numa sociedade é considerada desaconselhável por razões de interesse nacional». A estas situações de excepção se dirige o art. 6.º da proposta de lei, que salvaguarda a não alienação de participações em empresas que tenham especial relevância para o País, quer seja por razões de ordem estratégica, por razões de complementaridade horizontal ou vertical relativamente ao sector público, ou até mesmo por outras razões consideradas relevantes pelo Governo. «Em tais circunstâncias...» — continua-se no Programa do Governo — «... providenciar-se-á para que o Estado ou outra entidade pública adquiram a participação em causa». Isto está também previsto no art. 6.º do diploma em análise quando se diz que a entidade pública detentora da participação, se esta for declarada inalienável, pode, to-

davia, requerer a sua alienação a outra entidade do sector público, não ficando desta forma prejudicada a sua boa gestão patrimonial que pode ser precisamente no sentido da alienação.

Ainda no âmbito da alienação de participações, o Programa do Governo refere que são privilegiadas as alienações a favor dos trabalhadores da empresa participante ou, por maioria de razão, da empresa participante. A isto se dirige o art. 7.º da nossa proposta de lei.

Estas foram as razões que levaram o Governo a apresentar este diploma, cujo espírito e regras fundamentais passarei agora a apresentar esquematicamente.

Quanto ao espírito, penso que as próprias razões que há pouco apresentei são suficientemente fortes para dar a sua configuração.

No que se refere às regras fundamentais da proposta de lei, devo dizer que tanto o ministro das Finanças como o ministro da tutela poderão declarar uma empresa participante como inalienável — na parte da participação, obviamente — e, se assim acontecer, se for considerada inalienável, a entidade participante não pode vender, salvo se requerer aos mesmos ministros que a participação seja comprada por outra entidade do sector público.

Se a declaração de inalienabilidade não for feita, então a participação pode ser vendida. Mas aqui ainda há que olhar à natureza da entidade participante, porque se for o Instituto de Participações do Estado (IPE), uma companhia de seguros, uma sociedade de investimentos, uma sociedade de capital de risco ou outras entidades que pertencem ao sector público mas que, por natureza do seu objecto, deviam comprar e vender partici-

pações, então a venda é totalmente livre.

Se for outra a natureza das entidades participantes, nesse caso, há que prosseguir na aplicação das regras do diploma e perguntar qual é a dimensão da empresa participada. Se ela tiver uma dimensão superior a meio milhão de contos, medida pela sua situação líquida, então haverá que saber se a participação é maioritária ou minoritária, pois os regimes de alienação serão diferentes nos dois casos, como explicarei adiante.

No caso de a situação líquida ser menor do que meio milhão de contos a venda é livre, independentemente de ser uma participação maioritária ou minoritária — e quando digo venda livre quero dizer que poderá ser por negociação particular, por concurso público ou por transacção em bolsa. Se a dimensão for superior a meio milhão de contos, nesse caso haverá que ver se a participação que a entidade participante pretende alienar é superior a 50% do capital social da participada, porque, se o for, a participada é maioritária e a venda pode ser feita apenas e exclusivamente por concurso público ou transacção em bolsa, salvo num caso excepcional, que é o de se tratar de um plano de venda aos próprios trabalhadores quer da empresa participante, quer da empresa participada, onde se permite que a venda seja feita por negociação particular, estando, de qualquer modo, sujeita a regulamentação por decreto-lei no prazo de 90 dias. Aliás a regulamentação por decreto-lei aparece noutros pontos desta proposta de lei.

Se a participação for considerada minoritária, então ainda há que indagar se há participações de outras entidades públicas sobre esta mesma empresa participada. Se as houver e se a sua agregação der mais do que 50% do capital social da empresa participada, pode o Governo determinar que se lhe aplique o regime de alienação de participações maioritárias, que é o que descrevi anteriormente. Se não houver esta declaração, então aplica-se-lhe o regime das minoritárias, que é o da venda livre, incluindo negociação particular, concurso público ou transacção em bolsa.

As regras fundamentais estão, pois, claramente definidas nesta proposta de lei e as complementares são remetidas para um decreto-lei que deve estar pronto no prazo de 90 dias.

Como disse de início, fundamentalmente esta proposta de lei, retoma toda a legislação que está publicada sobre esta matéria e procura respeitar requisitos fundamentais de racionalidade empresarial e de autonomia e responsabilidade da administração, salvaguardando, todavia, alguns casos considerados de interesse nacional, os quais requerem que o Governo tenha uma atitude activa de declaração de que é assim mesmo. De qualquer modo, nunca se prejudica o interesse patrimonial da entidade participante, a qual poderá requerer ao Ministério das Finanças e ao da tutela que outra entidade pública compre essa participação.»

íça é via de acesso dição Constitucional

torna efectivo o acesso destes aos órgãos de poder, facilitado pela própria informalidade do exercício do direito de petição.

Em segundo lugar, porque a competência do Provedor se reporta a acções e omissões do Estado, alargando-se, assim, a todos os direitos constitucionalmente consagrados, os direitos sociais e os direitos de liberdade.

Finalmente porque se constitui uma via de acesso do indivíduo à jurisdição constitucional, ao ser-lhe reconhecida competência para requerer o controlo da legalidade e constitucionalidade das normas.

Nesse sentido, o Provedor de Justiça não é só o defensor dos direitos subjectivos e pretensões dos cidadãos; Ele realiza também a defesa da pró-

pria ordem jurídica pois que é garantia num sistema garantista.

A dimensão constitucional da «tarefa» do Provedor de Justiça vai mesmo além do domínio estrito da legalidade.

Ela subentende uma concepção pública de justiça que caracteriza a sociedade democrática, apelando à boa-administração, à racionalização do exercício legítimo do poder, aos princípios da autonomia e da dignidade da pessoa.

E desse modo, contribui para a tomada de consciência dos cidadãos sobre os seus direitos, fazendo a democracia melhor democracia e demonstrando que numa sociedade bem ordenada o Estado é função da sociedade, e não o contrário.

500 anos de Boa Esperança

Cumpra encarar as navegações do passado com espírito de navegador do mar do futuro

«Cumpra encarar as navegações do passado com o espírito de um navegador do mar do futuro» afirmou Vítor Crespo discursando durante a sessão solene com que a Assembleia da República assinalou os 500 anos da passagem do Cabo das Tormentas por Bartolomeu Dias.

O presidente da Assembleia da República ao dirigir-se a uma audiência presidida pelo Presidente da República que compreendia ainda o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, membros do Governo, deputados em pleno, representantes de outros órgãos de soberania e demais altas individualidades do País, afirmou ser preciso «caminhar com firmeza rumo ao destino promissor que temos obrigação de construir».

«A História ou, talvez melhor, a percepção do destino carece de ser reabilitada, disse Vítor Crespo. Vista naturalmente sob o ângulo correcto, que exclui as exacerbações de nacionalismos e hegemonias que esperamos para sempre ultrapassadas.

«As nações têm uma alma geral e uma verdadeira unidade moral que constitui o que elas verdadeiramente são.»

É por isso obrigação nossa que comemorem e enalteçamos os factos passados que constituem, a alma da nação. Os que são mais significativos para a compreensão do passado e sobre os quais se vai, sem rupturas, alicerçando o futuro.

Impõe-se sempre que a Câmara se debruce sobre acontecimentos quer passados quer presentes. Por isso nos empenhamos na recordação do meio milénio do rasgar de novos conhecimentos, do alvar das estradas de contacto de to-

dos os homens, da procura do saber planetário, e da consciência de que é necessário unir os homens, levando-lhes, ou trazendo deles, os frutos da civilização.

Ao debruçarmo-nos sobre as acções do nosso Povo e a sua participação e reflexos na história da humanidade, cumpra encarar as navegações do passado, os Descobrimientos, a expansão com todo o seu cortejo de fenómenos sociais e políticos que as caracterizam no contexto do mundo do século XV e, se possível, com o espírito de um navegador do mar do futuro. Sem que, face às conquistas do passado, se nos tolde a visão e nos impeça de caminhar com firmeza rumo ao destino promissor que temos obrigação de construir, por maiores que sejam os obstáculos a vencer. Ainda mesmo que tenhamos de dobrar novos Cabos das Tormentas, transformados em Cabos da Boa Esperança.

Estamos aqui a estreitar as ligações do passado com o futuro. E não poderíamos ter escolhido melhor razão por que elegemos um acontecimento que é um referencial, que assume as características dos símbolos a partir dos quais a história se apreende e toma um valor e dinâmica que a torna mais inteligente e fecunda.

De Bartolomeu Dias não se conhece o nome exacto, não dispomos de referências sobre



onde e quando nasceu, ignorando-se os antecedentes familiares. Conhece-se bem o seu grande feito, a sua estatura como comandante da expedição. Mas está por desvendar a recompensa régia que mereceu, segundo os critérios da época. A sua esperança e coragem encontraram o fim doando a vida decifrando o mar.

Torna-se assim fácil sublimar o seu gesto e a sua obra, conduzindo-os à essência e pureza das coisas. Cada português, de qualquer região ou extracto social, de qualquer idade se pode procurar rever em Bartolomeu Dias e projectar-se no seu heroísmo. A sua proeza é a vitória da coragem e da força do espírito sobre a materialidade. O caminho das suas caravelas é uma esteira de luz que sulca a história. Na expansão, recheada de agruras, manifestaram os portugueses um querer forte e uma vontade decidida que se conti-

nuaria a manifestar, ao longo dos séculos, pelo Povo em Diáspora.

História é também projecto

Fernando Conceição falou em nome da bancada social-democrata aproveitando a oportunidade para sublinhar a necessidade do ensino da História de Portugal para que as lições de esforço dos nossos antepassados possam servir de rumo na construção dum Portugal mais próspero e feliz porque, disse, «a história não é apenas memória é também um projecto».

Foi há precisamente 500 anos disse Fernando Conceição, que Bartolomeu Dias, dobrado o Cabo das Tormentas, vencidos os obstáculos de correntes e de ventos, lançou âncoras na Angra de S. Brás. Vi-

tória simultaneamente tecnológica e psicológica, que uniu finalmente o Atlântico e o Índico, e abriu o caminho para a Índia, para a imensa China, para o longínquo Japão.

Iniciava-se a expansão planetária dos povos europeus, com relevo para Portugal.

Todo o ciclo dos descobrimentos portugueses contribuiu, decisivamente, para a alteração da carta do mundo. Ilhas e continentes emergiram do desconhecido:

«E viu-se a terra inteira, de repente, Surgir, redonda, ao azul profundo.»

(Fernando Pessoa, Mensagem)

E a humanidade até então dividida em mansões isoladas passou a morar sob um mesmo tecto, no dizer do historiador Toynbee. Proeza «dramática e revolucionária», que marcou definitivamente o homem moderno. Para aquele historiador, o encontro entre o mundo e o ocidente por vezes agressivo foi o acontecimento mais importante da história moderna.

De facto, o europeu «pós-gâmico» é um homem novo que se move num mundo novo. Um novo espaço físico, geográfico. Mas também um extraordinário alargamento do campo de acção: novas terras a valorizar, destino de correntes migratórias; comercialização sem preocupação pelo «justo lucro», democratização de novos e velhos produtos, alteração de rotas comerciais; domínio político dos países atlânticos, campo alargado de evangelização e de aculturação.

Reflectindo sobre a expansão portuguesa podemos determinar as linhas de força que estiveram na sua base e que constituem, ainda hoje, os vectores da nossa identidade.

Em primeiro lugar, Portugal

não foi — nem é — um país vocacionado para o isolamento. País periférico, debruçado sobre o Atlântico, qual cais da Europa, conheceu sempre uma vocação marítima. Desde cedo o português se tornou um viajante, de fácil contacto com os outros povos, independentemente da sua língua, cultura, religião ou cor da pele. Eis porque pudemos caminhar, durante séculos, para a assimilação e a miscigenação ou para a criação de verdadeiras comunidades. País de «diáspora», a exigir do Estado política adequada à defesa e protecção da sua identidade cultural.

Esta facilidade de comunicação faz de Portugal o natural interlocutor nas relações entre a Europa e os países de expressão oficial portuguesa, entre o Norte e o Sul. Dir-se-ia caber a Portugal, mais uma vez, o papel de mediador entre civilizações.

Terminado o ciclo do império, Portugal não se fechou. Pelo contrário, optou pela sua integração numa comunidade de países, defensores dos mesmos valores de liberdade e de justiça, portadores dos mesmos valores culturais. Acto que implica um esforço de valorização das nossas potencialidades. E mais uma vez, surge a imperiosa necessidade, do avanço da ciência e da tecnologia, da modernização da nossa economia e sobretudo uma reforma educativa, que dê aos estudantes, de todas as idades, a consciência, a vivência da nossa maneira de ser e de estar no mundo, que fortaleça o amor a tudo o que é português. Importa dar o relevo necessário ao ensino da História de Portugal, para que as lições de esforço dos nossos antepassados possa servir de rumo na construção dum Portugal mais próspero e feliz. É que a história não é apenas memória, a história é também projecto.

Arquivo Distrital de Faro exige instalação adequada

UMA solução definitiva para as instalações do Arquivo Distrital de Faro, em situação caótica, foi solicitada, com urgência, pelo deputado social-democrata Mateus de Brito. Efectivamente aquele arquivo está instalado no 1.º andar de uma velha residência particular onde o perigo de um incêndio ou mesmo explosão existem já que, por um lado todo o pavimento e cobertura são muito velhos e em madeiras e, por outro, existe no rés do chão do edifício um armazém de produtos químico-farmacêutico. Mesmo assim a área exigida que não comporta um décimo da documentação existente. Esta está entretanto armazenada provisoriamente em outros dois locais da cidade em

condições ainda piores onde inclusivamente chove, como ainda recentemente aconteceu. Todo o restante património, que é imenso, encontra-se espalhado por toda a região do Algarve em condições quantas vezes deploráveis.

Mateus de Brito recorda que a documentação à guarda do Arquivo Distrital de Faro é das mais valiosas, mencionando, por exemplo, todo o registo civil e notarial desde o século XVI e os «Compromissos marítimos do Algarve» que constituem a maior colecção de género existente no País.

«Os arquivos históricos, como grandes guardas do nosso património histórico-documental, adianta aquele

deputado para avaliar a sua pretensão, constituem hoje instrumentos fundamentais de suporte da nossa personalidade colectiva. É neles que os estudiosos, nomeadamente historiadores e sociólogos, através das suas investigações, comentam a razão autêntica da nossa existência como Nação.

«Os arquivos distritais, continuou Mateus de Brito, como arquivos históricos regionais, desempenham, naturalmente, essas mesmas funções, mas têm sido tradicionalmente lançados para uma segunda ou terceira linha das preocupações dos governantes... Só recentemente se têm multiplicado as iniciativas com vista a alterar esta preocupante situa-

ção onde, a nível nacional, se salienta a construção do edifício da nova Torre do Tombo, sonhada pelos portugueses amigos de Portugal e da sua história, já desde o terramoto de 1755. A nível regional salientam-se as obras nos arquivos distritais de Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Porto, etc.

«Mas o que se passa com o Arquivo Distrital de Faro, num momento — vésperas das comemorações das Descobertas do Brasil e Caminho Marítimo para a Índia — e num local, o Algarve, tão ligado no tempo e no espaço às horas e feitos mais gloriosos da nossa História? Que saibamos, em relação a uma solução definitiva para as suas instalações, nada».

No final da intervenção de Mateus de Brito o deputado Sousa Lara, também do PSD, reforçou o ponto de vista do primeiro e acrescentou que há uma série de livros respeitantes ao Algarve, concretamente ao distrito de Faro, que se encontram na Torre do Tombo e que fazem parte de núcleos que estão, eles próprios e na sua maioria, no Arquivo Distrital de Faro. Haveria toda a vantagem, disse a Sousa Lara, (até porque isso não acontece só em relação ao distrito de Faro mas em relação a outros distritos) de normalizar estes núcleos documentais fazendo transferir para os respectivos arquivos distritais essa documentação que se encontra um pouco dispersa e sem qualquer lógica de arrumação.

Colóquio em Rio Tinto sobre a C. E. E.

No núcleo do P. S. D. da Vila de Rio Tinto na próxima sessão «Venha conversar com...» estará presente o Presidente da Assembleia Geral dos Bancários Norte e Conselheiro do Comité Económico e Social da C. E. E., Manuel António Araújo Santos, que versará o tema: «Instituições Comunitárias» e «A Concertação Social a nível Europeu».

O colóquio terá lugar dia 26 do corrente, na sede do núcleo do P. S. D. da Vila de Rio Tinto, à Rua da Boavista, 74 em Rio Tinto.

Deputados PSD/Algarve atendem o público

A fim de ouvir os problemas individuais ou colectivos da população, quaisquer que sejam as crenças partidárias de cada um, os Deputados do PSD pelo Algarve irão estar presentes em Sessões de Atendimento do Público, de acordo com o calendário abaixo indicado:

Sábado, 13 de Fevereiro, pelas 10 h. — em Tavira, na Rua da Liberdade (Sede do PSD), com António Vairinhos.

Sábado, 20 de Fevereiro, pelas 10 h. — em Vila do Bispo (Sede do PSD), com Mateus de Brito.

Sábado, 27 de Fevereiro, pelas 10 h. — em Silves, na Rua Pintor Bernardo Marques, 1 (Sede do PSD) com Mendes Bota.

Colóquio «C. E. E. — Agricultura»

O departamento de agricultura do gabinete de estudos, a comissão política concelhia de Condeixa e a comissão política distrital de Coimbra do PSD levaram a efeito no passado domingo, na Casa do Povo de Condeixa, um colóquio subordinado ao tema «C. E. E. — Agricultura».

Perante cerca de 150 interessados agricultores da zona, foram oradores os técnicos, Fontes e Sousa, Leonel Amorim, Diniz Manso, Flávio Ferreira e Gil Silva.

A encerrar os trabalhos falou Álvaro Amaro.

Regulamento interno das secções e núcleos da estrutura distrital da AML

Artigo 1.º

Âmbito Geográfico da AML

A estrutura Distrital da Área Metropolitana de Lisboa (A. M. L.) compreende a área dos Concelhos da Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.

Artigo 2.º

Secções da AML

A estrutura Distrital da A. M. L. compreende as seguintes Secções:

— Secção A (freguesias de Benfica e S. Domingos de Benfica)

— Secção B (freguesias do Alto do Pina, Alvalade, Campo Grande, N. Sra. de Fátima, S. João de Brito e S. João de Deus)

— Secção C (freguesias da Marvila e Sta. Maria dos Olivais)

— Secção D (freguesias de Campolide, Coração de Jesus, Lapa, Sta. Isabel, Sto. Condestável, S. José, S. Mamede e S. Sebastião da Pedreira)

— Secção E (freguesias dos Anjos, Castelo, Pena, S. Justa, S. Cristovão e S. Lourenço, S. Jorge de Arroios, S. Tiago e Socorro)

— Secção F (freguesias da Ajuda, Alcântara, Prazeres, Santos-o-Velho, S. Francisco Xavier e Sta. Maria de Belém)

— Secção G (freguesias da Ameixoeira, Carnide, Charneca e Lumiar)

— Secção H (freguesias da Graça, Penha de França, Sta. Engrácia, S. João e S. Vicente de Fora)

— Secção I (freguesias da Encarnação, Madalena, Mártires, Mercês, Sacramento, Sta. Catarina, S. Estevão, S. Miguel, S. Nicolau, S. Paulo e Sé)

— Secção J (freguesia do Beato)

— Secção de Algés (freguesias de Carnaxide, Linda-a-Pastora, Linda-a-Velha e Queijas)

— Secção do Algueirão (freguesias de Algueirão e Mem Martins)

— Secção da Amadora (freguesias de Alfragide, Brandoa, Buraca, Damaia, Falagueira, Mina, Reboleira, Venda Nova e Venteira)

— Secção da Azambuja (freguesias de Alcoentre, Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo, Azambuja, Maçussa, Manique do Intendente, Vale do Paraíso, Vila Nova da Rainha e Vila Nova de São Pedro)

— Secção do Cacém (freguesias de Aqualva, Cacém e Rio de Mouro)

— Secção de Cascais (freguesias de Alcáide, Carcavelos, Cascais, Estoril, Parede e S. Domingos de Rana)

— Secção de Loures (freguesias de Bucelas, Fanhões, Frielas, Loures, Lousa, Póvoa de St.º Adrião, St.º Antão do Tojal e S. Julião do Tojal)

— Secção de Mafra (freguesias de Alcaínca, Azeiteira, Carvoeiro, Cheleiros, Encarnação, Ericeira, Gradil, Igreja-a-Nova, Mafra, Malveira, Milharado, Sobral da Abulheira, St.º Isidro, Venda do Pinhal e Vila Franca do Rosário)

— Secção de Moscavide (freguesias de Apelação, Camarate, Moscavide, Portela de Sacavém, Sacavém, Sta. Iria de Azóia, S. João da Talha e Unhos)

— Secção de Odivelas (freguesias de Caneças, Odivelas e Pontinha)

— Secção de Oeiras (freguesias de Barcarena, Oeiras, Paço de Arcos e S. Julião da Barra)

— Secção de Queluz (freguesias de Almargem do Bispo, Belas e Queluz)

— Secção de Sintra (freguesias de Colares, Montelavar, Sta. Maria e S. Miguel, S. João das Lampas, S. Martinho, S. Pedro de Penaferrim e Terrugem)

— Secção de Vila Franca de Xira (freguesias de Alhandra, Alverca do Ribatejo, Cachoeiras, Calhandriz, Castanheira do Ribatejo, Forte da Casa, Póvoa de Sta. Iria, S. João dos Montes, Vialonga e Vila Franca de Xira)

Artigo 3.º

Alteração de área

Sempre que se verifique a união de duas ou mais freguesias pertencentes à área de Secções diferentes que não origine a criação de novas Secções, a nova área será integrada na Secção contígua com menor número de militantes.

Artigo 4.º

Critério quantitativo

A criação de novas Secções da A. M. L. pressupõe a existência de, pelo menos, um número de militantes igual ou superior ao número dos militantes componentes da mais pequena Secção da A. M. L. e nunca inferior a quarenta.

Artigo 5.º

Critério geográfico

1. — As secções terão, em princípio, o âmbito territorial do Município, mas, em casos especiais, podem ser criadas Secções agrupando mais do que um Município ou ainda duas ou mais Secções no mesmo Município.

2. — Quando num concelho só existir uma Secção a criação de novas Secções deverá ter obrigatoriamente em conta razões de grande conveniência geográfica.

Artigo 6.º

Critério político

1. — A criação de uma nova Secção pressupõe a existência prévia de pelo menos um Núcleo a funcionar na área prevista para a nova Secção.

2. — A criação de novas Secções na A. M. L., satisfeitos os requisitos estabelecidos nos artigos precedentes, depende de proposta da Comissão Política Distrital à Assembleia Distrital, nos termos da alínea G do art. 39.º dos Estatutos.

3. — A proposta da Comissão Política Distrital deverá ser precedida de audição prévia, sem carácter vinculativo, da Comissão Política da Secção donde se irão desvincular os militantes que integrarão a nova Secção a constituir.

4. — A denegação da apresentação da proposta para a criação de uma Secção pela Comissão Política Distrital será fundamentada e comunicada por escrito aos Núcleos requerentes, dela cabendo recursos para a Assembleia Distrital, que decidirá no prazo de 90 dias.

Artigo 7.º

Homologação

A homologação da criação de novas Secções, após o

preenchimento dos requisitos dos artigos anteriores, é da competência da Assembleia Distrital.

Artigo 8.º

Núcleos

1. Os Núcleos terão, em princípio, o âmbito territorial da Freguesia mas, em casos especiais, podem ser criados Núcleos agrupando mais do que uma freguesia ou ainda dois ou mais Núcleos na mesma freguesia.

2. Aos Núcleos pertencem exclusivamente os militantes residentes na área que lhe foi atribuída.

Artigo 9.º

Criação de novos Núcleos

A criação de novos Núcleos pressupõe a existência de um número mínimo de vinte militantes, sendo-lhe aplicável, com as necessárias adaptações, as regras constantes do presente Regulamento, para a criação de novas Secções.

Artigo 10.º

Interpretação e casos omissos

Ao Conselho de Jurisdição Distrital compete interpretar o presente Regulamento e integrar os casos nele omissos cabendo recurso para o Conselho de Jurisdição Nacional.

Artigo 11.º

Aprovação e publicação

O presente Regulamento da A. M. L. será aprovado em Assembleia Distrital e publicado no «Povo Livre» no prazo de 30 dias após a sua aprovação.

Artigo 12.º

Alterações

As alterações ao presente Regulamento serão aprovadas por maioria absoluta dos votos validamente expressos.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação no «Povo Livre».

(Aprovado em Assembleia Distrital da A. M. L., de 23 Out. 87)

CONVOCATÓRIAS

A Distrital de Aveiro

Ao abrigo do artigo 37.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD para uma reunião extraordinária a realizar no próximo dia 26 pelas 21 h, no Salão da Câmara Municipal de Aveiro, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Análise da situação política nacional.

Estarão presentes o Vice-Presidente e o Vogal da Comissão Política Nacional, respectivamente, Eurico de Melo e Oliveira Costa.

Entroncamento

Nos termos das disposições estatutárias convoca-se a Assembleia de Secção do Entroncamento, para reunir em Sessão ordinária no dia 5 de Março, pelas 15 h., na sede, Rua Almirante Reis, 6-2.º esquerdo no Entroncamento com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

— Análise da situação política.
— Apreciação de contas da Secção referentes a 1987 e orçamento para 1988.

Castelo de Paiva

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convocam-se todos os militantes desta Secção para a Assembleia de Secção de Castelo de Paiva, a realizar na Casa do Povo, no dia 13 do corrente, pelas 15 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações;
- 2 — Programa de Actividades para 1988;
- 3 — Análise da situação político-partidária;
 - 3.1 — Concelhia: Vereador da Câmara Manuel A. Rocha Pereira
 - 3.2 — Nacional: Deputado Arnaldo Brito Lhamas

Lagos

Ao abrigo do disposto no art. 49.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia desta Secção, a requerimento da Comissão Política Concelhia, para uma reunião ordinária no dia 4 de Março pelas 21 horas, na respectiva sede, sita na Rua da Estrema, n.º 17-2.º, em Lagos, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — O problema da sede concelhia
- 3 — Eleição da Comissão Política Concelhia, devido à demissão da actual
- 4 — Análise da situação política local e geral

Marco de Canaveses

Em conformidade com o artigo 49.º dos Estatutos, e a pedido da Comissão Política Concelhia do PSD de Marco de Canaveses, convoca-se uma sessão ordinária Concelhia a reunir no próximo dia 20 (sábado) às 21H00, na Casa do Povo de Fornos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação política Concelhia
- 2 — Análise da situação política nacional.

Santa Maria da Feira

Nos termos do art. 49.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia da Secção do P.S.D. de Santa Maria da Feira, para reunir ordinariamente o dia 19 do corrente pelas 21 horas, na sede Concelhia com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Programa de realizações para o ano de 1988
- 2 — Análise da situação política local e nacional

Amadora

Nos termos estatutários, convoco uma Assembleia Ordinária da Secção Concelhia do PSD da Amadora, a realizar na sede da mesma, no próximo dia 19 pelas 21.30 h., com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Análise da situação política local.
- 3 — Análise da situação política nacional.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Pampilhosa da Serra

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente: Hermano Manuel Nunes Almeida, António Rasteiro Batista, Anselmo Casimiro Ramos Gonçalves, José Maria Nunes Reis, António Baptista, Licínio Figueiredo, Alfredo Simões, Rui Gaspar Vicente, Augusto Vicente Pereira, Augusto Fernandes, Paulo António Martins Carlos e Carlos Jerónimo.

MESA DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO

José Augusto Henriques da Cunha, José Augusto Nunes Veiga de Almeida, Carlos M. Cortês Henriques da Cunha.

Mesa da Assembleia Distrital de Setúbal

Presidente — Carlos Pimenta.
Vice-presidente — Carlos Mendes Ferreira.
Secretários — Aires Margarido e António F. Salgueiro.

Cavaco Silva prevê nova era de cooperação

Perdoada parte da dívida de Moçambique a Portugal

O Governo português decidiu perdoar parte da dívida de Moçambique, transformando 25 por cento dessa dívida em participação no capital das empresas mistas luso-moçambicanas com taxa de juro zero, ficando o remanescente a vencer juro à taxa de quatro por cento.

A revelação foi feita pelo próprio Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, após a assinatura de um protocolo com o Estado moçambicano, no termo de uma visita de três dias do Chefe do Executivo de Moçambique, Mário Machungo, a Portugal. Abrimos uma nova era na cooperação luso-moçambicana, salientou Cavaco Silva, segundo o qual Portugal fez «um esforço acrescido para proporcionar esta ajuda económica e social a Moçambique».

No dia anterior, quinta-

-feira, Cavaco Silva manifestara, no entanto, preocupação quanto à situação de insegurança e desestabilização militar em Moçambique, expressando mesmo, a convicção de que «sem paz é impossível terminar com o sofrimento das populações, e é particularmente difícil a viabilização do esforço de desenvolvimento decidido pela autoridades moçambicanas».

O Primeiro-Ministro afirmou que a componente cultural é condição essencial para o futuro da cooperação luso-moçambicana e acentuou que



o Governo português «coloca as relações com Moçambique numa clara perspectiva dos interesses dos dois Estados, mantendo exclusivo diálogo com o Governo estabelecido e manifestando disponibilidade para soluções que atendam a actual realidade moçambicana».

Mário Machungo, que teve um encontro a sós com o Primeiro-Ministro Cavaco

Silva, afirmou, no final dessa reunião, que se está a iniciar «um caminho promissor no estabelecimento de relações de cooperação exemplares» entre os dois países.

Machungo classificou o diálogo com Cavaco Silva de «cordial, de amizade e de abertura», e adiantou que vai ser possível «estabelecer relações construtivas de cooperação no presente e no futuro».

Acordo das Lajes

Equipamentos cobrem cortes orçamentais

Os cortes nas contrapartidas resultantes do acordo da Base das Lajes vão ser compensados pelo aumento das contrapartidas de carácter militar. Tudo leva a crer que foi este o entendimento a que chegaram as autoridades portuguesas e o secretário norte-americano da Defesa, Frank Carlucci, que na passada semana efectuou

uma visita-relâmpago a Lisboa.

O ministro da Defesa, Eurico de Melo, anunciou que oportunamente será dada a conhecer aos órgãos de soberania e ao público a solução a que se chegar, e acrescentou que os Açores não ficarão prejudicados por essa solução.

Eurico de Melo afirmou que

vão prosseguir os contactos bilaterais, por forma a estabelecer-se uma forma de Portugal ser compensado pela redução de verbas impostas pelo Congresso norte-americano.

Frank Carlucci afirmou, por sua vez, que vai ser constituído um grupo de trabalho conjunto que irá avaliar as necessidades portuguesas na área

da modernização e reforço das Forças Armadas e determinar quais as possibilidades dos Estados Unidos em transferirem para o nosso país equipamentos excedentários.

Carlucci teve reuniões com o Primeiro-Ministro e com ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, tendo Eurico de Melo afastado a hipótese de revisão do acordo militar entre Portugal e os Estados Unidos, afirmando que a solução do diferendo entre Lisboa e Washington será conseguida fora do âmbito da abertura formal de negociações.



Frank Carlucci, à partida de Lisboa, acompanhado pelo Ministro da Defesa, Eurico de Melo, e pelo novo embaixador dos EUA em Portugal

Mensagem de Cavaco Silva às Comunidades Portuguesas da África do Sul

Neste dia 3 de Fevereiro de 1988, ao completarem-se cinco séculos desde a chegada da Caravela de Bartolomeu Dias a terras da África do Sul, gostaria de dirigir uma especial mensagem a todos os portugueses que perpetuam a presença de Portugal neste país.

Estamos a celebrar quinhentos anos do ciclo das descobertas portuguesas. A viagem de Bartolomeu Dias e o dobrar do Cabo da Boa Esperança são um marco importante nestas comemorações que irão até ao ano 2000, culminando com a memória da descoberta do Brasil.

Foi há exactamente quinhentos anos que os portugueses, após uma cuidadosa progressão pela costa ocidental da África, onde foram implantando padrões e contactando outros povos e outros costumes, abriram o caminho marítimo para a Índia e para todo o Oriente. Ao dobrar o Cabo da Boa Esperança, Bartolomeu Dias, iria contribuir decisivamente para a fixação da geografia do mundo, que ainda hoje é ensinada nas escolas de todos os países.

As comemorações do V Centenário dos Descobrimientos deverão ser, acima de tudo, um traço de união entre um passado de que nos orgulhamos e o futuro que estamos a construir para Portugal, para as nossas comunidades que vivem e trabalham em todos os continentes, para as gerações vindouras. Portugal iniciou um ciclo de progresso e modernização, de estabilidade política e institucional, de desenvolvimento económico e social.



As comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, e em especial a importante comunidade dos portugueses na África do Sul, são o reflexo da imagem do Portugal de hoje — pelo seu dinamismo, pelos seus sucessos, pelo seu trabalho quotidiano.

Gostaria de expressar a todos os portugueses da África do Sul o agradecimento do Governo pela forma como representam dignamente Portugal nestas terras da África Austral. E formular votos para que, pelo sucesso das suas actividades, continuem a contribuir para a construção do país moderno que se projecta por todo o mundo. Como a todos os portugueses, não faltará às nossas comunidades na África do Sul, o apoio empenhado do Governo.

Açores e FLAD

apoiam jovens empresários

O Governo Regional dos Açores e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) decidiram lançar o programa JEP — Jovem Empresário para os Açores, uma iniciativa semelhante ao programa JEEP — Jovens Empresários de Elevado Potencial.

O programa JEP já está a decorrer em Ponta Delgada e abrange jovens até aos 35 anos

de idade, com formação mínima equivalente ao 12.º ano de escolaridade, que tenham propensão para o exercício da actividade empresarial.

O primeiro classificado no programa receberá um prémio de 1200 contos concedidos pela FLAD sob a forma de participação no capital da empresa a construir. A Fundação participará até 50 por cento nos estudos de viabilização de

empresas de jovens empresários escolhidos no concurso, até ao montante global de 5 mil contos. Além disso, a FLAD concede um subsídio de 1500 contos para custear parte da organização do programa, bem como, poderá ainda financiar a deslocação aos EUA de jovens empresários cujos projectos necessitam, para se desenvolver, dessa dimensão internacional.